

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

CRISTIANE SANTOS MARCELINO DA SILVA

**COMIDA PRIMEIRO: REFLEXÕES SOBRE A FOME E DIREITO A  
ALIMENTAÇÃO**

RIO DE JANEIRO

2021

CRISTIANE SANTOS MARCELINO DA SILVA

**COMIDA PRIMEIRO: REFLEXÕES SOBRE A FOME E DIREITO A  
ALIMENTAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para  
obtenção do título de bacharel da Escola de Serviço  
Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Orientadora: Elaine Martins Moreira.

RIO DE JANEIRO

2021

CRISTIANE SANTOS MARCELINO DA SILVA

**COMIDA PRIMEIRO: REFLEXÕES SOBRE A FOME E DIREITO A  
ALIMENTAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela  
Banca Examinadora para obtenção do grau bacharel  
da Escola de Serviço Social da Universidade  
Federal do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 03 de dezembro de 2021

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dra. Elaine Martins – ESS/UFRJ - Orientadora

Prof. Dra. Gracyelle Costa Ferreira – ESS/UFRJ

Prof. Dra. Miriam Krenzinger - ESS/UFRJ

## **DEDICATÓRIA**

À toda população em situação de rua.

## AGRADECIMENTOS

À Nume (popularmente conhecido como Deus) me fazendo compreender ao longo da caminhada que “você sai em desvantagem se não tem fé”.

A mim mesma (tal qual o Snoop Dog fez quando ganhou uma estrela na calçada da fama) por não ter desistido, fazendo muitas vezes “das tripas coração” para conseguir me formar no ensino superior.

À minha família, em especial meus pais, que sempre me incentivaram a estudar, estudar, estudar. Esse trabalho só foi possível graças a vocês. Obrigada por esse amor imensurável.

Obrigada por acreditarem na educação.

Aos meus amigos Paulo Sérgio e Natã Coutinho, que tornaram essa árdua caminhada na Universidade mais leve, amorosa e risonha.

À Catarina, que chegou de surpresa na minha vida exalando amor.

A todos os usuários do Espaço Normal, que contribuíram de maneira ímpar para minha formação profissional e também para o meu crescimento pessoal. Dedico em especial à memória de Luana. Saúdo de forma afetuosa Lucas, Leonardo, Maria Cristiane, Sara e Marcos Hortêncio.

À toda equipe do Espaço Normal, obrigada pelos vastos conhecimentos compartilhados.

À Luna Arouca, que foi minha supervisora e contribuiu de inúmeras maneiras para a minha formação.

À professora Elaine, por toda paciência e contribuição no presente trabalho.

Pelo chão, pelo amor, pelo sangue, pela  
cor  
Fidelidade, lealdade em nome do Senhor  
A minha amada, a minha família  
E ao Nove de Julho  
Que me mostrou a importância de eu 'tá no bagulho'  
A gente atira no escuro  
Não escuta ninguém  
Não adianta o sermão e a tempestade que vem  
Não sei se tem alguma coisa a ver com o destino  
Mas os 'problema são B.O. desde pequenino  
O rap é hino pra mim  
Já estava escrito neguin'  
Um baianinho assim  
Que anda perto do fim  
Sim  
A nossa escola sempre é cara  
O tempo é rei  
Disso eu sei  
O relógio não para  
Cara ferida sara, mas na alma não tem cura  
Na sua arrogância ou na sua humildade pura  
Se segura o que te ofereço é muito bom  
É força e poder dom através do som  
Eu digo, cada degrau a gente aprende a sofrer  
Viver, morrer, sorrir e a chorar  
Chorar pelo passado  
Pagar pelos pecados  
Contando cada sombra no seu sonho atormentado  
Acorrentado sei lá  
Drogado se pá  
Enfraquecido injustiçado se afogando no mar  
Eu 'to lá  
Lado a lado com fé no coração  
Nem que pra isso eu amanheça dormindo no chão, mermão  
That's my way, and I go

Esse é meu caminho e nele eu vou  
Eu gosto de pensar que a luz do sol  
Vai iluminar o meu amanhecer  
Mas se na manhã o sol não surgir  
Por trás das nuvens cinzas tudo vai mudar  
A chuva abraçará e o berço vai abrir  
A luz de um novo dia sempre vai estar  
Pra clarear você  
Pra iluminar você  
Pra proteger  
Pra inspirar  
E alimentar você

Revolução se aproxima se preparem  
Pegue suas armas marcha apache e nunca pare  
Encare a guerra de frente mesmo sendo ruim  
Somos soldados e sobreviventes sempre até o fim  
Olhe pra mim e veja o quanto eu andei  
Envelheci, eis-me aqui nunca abandonei  
Não quero ser um rei  
Não quero ser um Zé  
Só quero minha moeda  
E a minha de fé  
Axé comigo, na fé bandido

O gueto sempre tem na frente o inimigo  
A polícia é racista mais do que ninguém  
A favela entre o céu, o inferno, Jerusalém  
Lamenta, aguenta e enfrenta a batalha  
Violenta é a vida no fio da navalha  
A falha mundial espiritual um fuzil  
É um texto dantesco de Shakespeare titio

Você já viu sangue pobreza demais  
Qual o valor verdadeiro pra se encontrar a paz?  
Será que é fugir?  
Será que é se esconder?  
Ou será que é lutar, trabalhar e depois morrer?  
Pode crer, veja você  
Vários de elite  
Na disposição, situação e no apetite, acredite  
Que você pode chegar

No fim do arco íris  
E um pote de ouro encontrar  
That's my way, and I go  
Esse é meu caminho e nele eu vou  
Eu gosto de pensar que a luz do sol  
Vai iluminar o meu amanhecer  
Mas se na manhã o sol não surgir  
Por trás das nuvens cinza tudo vai mudar  
A chuva abraçará e o berço vai abrir  
A luz de um novo dia sempre vai estar  
Pra clarear você  
Pra iluminar você  
Pra proteger  
Pra inspirar  
E alimentar você

Compositores: Jorge Mario Da Silva / Aivaldo Pereira Alves / Anisio Alberto Barbosa De Oliveira

Letra de "That's My Way" interpretado por Edi Rock e Seu Jorge



## RESUMO

O presente trabalho de Conclusão de curso intitulado: “Comida primeiro”, busca chamar atenção para a questão da fome e a alimentação, busca se debruçar e colocar esse tema no centro das práticas de cuidado e promoção à saúde a populações em vulnerabilidade social. “Comida primeiro”, parte da hipótese, a partir da prática profissional realizada no Espaço Normal, que um indivíduo em situação de fome, é afetado fisiologicamente e socialmente por esse fato, sendo muitas vezes um impeditivo para que consiga acessar outros serviços públicos de saúde, da assistência e afins, além de outros espaços de sociabilidade da produção e reprodução da vida. A partir de aspectos conceituais e históricos a respeito da fome, assim como, os efeitos fisiológicos e subjetivos gerados nos sujeitos expostos a ela, busca elucidar como o indivíduo acometido por essa questão tende a ter toda a sua vida cotidiana prejudicada. Esse trabalho objetiva ser um estudo introdutório, a fim de contribuir com a categoria profissional dos Assistentes Sociais, em reflexões acerca da importância de se pensar a fome e a alimentação nos diferentes espaços sócio ocupacionais que a categoria atua, bem como, trazer reflexões que propiciem pensar na construção de subsídios relacionados aos instrumentos profissionais e também relacionados as políticas públicas vinculadas ao tema aqui supracitado. Como metodologia, foram utilizados os diários de campo realizados durante o período do estágio, as discussões apresentadas nas aulas das disciplinas de Orientação e Treinamento Profissional (OTP), levantamento bibliográfico a respeito do tema, além de reportagens, documentários e lives.

**Palavras-chave:** Fome. Alimentação. Políticas Públicas.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>1 ASPECTOS DA FOME NO BRASIL.....</b>	<b>12</b>
<b>1.1 Fome a expressão mais severa da questão social.....</b>	<b>12</b>
<b>1.2 Elementos históricos da fome no Brasil colonial.....</b>	<b>17</b>
<b>1.2.1 O racismo e sua relação com a formação do Estado brasileiro.....</b>	<b>20</b>
<b>1.3 Elementos fisiológicos e subjetivos gerados pela fome na pessoa.....</b>	<b>24</b>
<b>1.3.1 Nutricídio: é possível morrer de fome comendo todos os dias.....</b>	<b>34</b>
<b>2 AS POLÍTICAS, PROGRAMAS E LEGISLAÇÕES DIRECIONADAS A QUESTÃO ALIMENTAR A PARTIR DO SÉCULO XX.....</b>	<b>39</b>
<b>2.1 De 1930 a 2002: história dos programas de combate à fome.....</b>	<b>39</b>
<b>2.2. A criação do Programa Fome Zero e a Política de Segurança Alimentar e Nutricional.....</b>	<b>48</b>
<b>2.2.1 O fim do Bolsa Família.....</b>	<b>53</b>

<b>2.3 Relação entre o Espaço Normal e a questão da fome.....</b>	<b>56</b>
<b>2.3.1 Funcionamento da Redes de Desenvolvimento da Maré e do Espaço Normal no contexto da pandemia.....</b>	<b>59</b>
<b>2.3.2 Estudo de Caso – O Caso de Paulo: Construindo Cuidado a partir da alimentação.....</b>	<b>60</b>
<b>2.3.3 Da Housing First (moradia primeiro) para Food First (comida primeiro) .....</b>	<b>64</b>
<b>3 A INCERTEZA DA RENDA, GERA A CERTEZA DA FOME.....</b>	<b>68</b>
<b>3.1 A Fome não tem Hora, mas tem cor, Cep, escolaridade e faixa salarial.....</b>	<b>68</b>
<b>3.2 Qual o tamanho da fome?.....</b>	<b>70</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>82</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>84</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso possui como objeto de estudo a fome e a alimentação, as reflexões a respeito do tema foram construídas a partir da experiência realizada de estágio realizada no Espaço Normal (E.N) – primeiro espaço referência sobre drogas em território de favela, atendendo majoritariamente população em situação de rua que faz o uso abusivo de álcool e outras drogas. O Espaço Normal integra a Instituição da sociedade civil Redes de Desenvolvimento da Maré, mais especificamente no eixo de desenvolvimento territorial. O trabalho desenvolvido pelo E.N na favela da Maré se fundamenta no que se convencionou chamar de Política de Redução de Danos, podendo ser definida como “um conjunto de políticas e práticas cujo objetivo é reduzir os danos associados ao uso de drogas psicoativas em pessoas que não podem ou não querem parar de usar drogas” (DOMANICO, 2006). Por definição, a redução de danos foca na prevenção aos danos, ao invés da prevenção do uso de drogas, assim como foca em pessoas que seguem usando drogas.

Comecei a refletir sobre a questão da fome e da alimentação a partir da convivência no Espaço Normal, para isso, se faz importante contextualizar que o local físico possui o formato de uma casa, conta com sala de estar, cozinha, banheiro, área para lavagem de roupas e também salas para atendimento sócio jurídico. O espaço da cozinha sempre foi muito rico em elementos, era também um espaço de disputa de poder (quem vai cozinhar? Quem vai ajudar?) de produção e reprodução de afetos, de autoestima, de prazer, pude presenciar muitas situações entre o momento que envolvia o preparo, até a distribuição e o ato de comer as refeições, situações estas que me permitiram refletir sobre o lugar da fome e da alimentação na vida dessas pessoas, mas principalmente, pensar de que maneira a ausência da alimentação digna impacta na vida delas.

A partir da experiência do estágio, durante participação nos plantões, constatei que a alimentação possuía uma centralidade na dinâmica das relações estabelecidas na convivência entre os usuários e também na condução e acompanhamento dos casos dos usuários, porém, me parecia que a fome (e a alimentação ofertada) não possuíam a devida atenção crítica que me parecia necessária. Durante realização da disciplina obrigatória intitulada: “Orientação de Treinamento Profissional”, que precisa ser realizada em consonância com os níveis de estágio, pude presenciar relatos de colegas de turma sobre seus respectivos campos, onde independente

de qual fosse, seja no INSS, saúde, jurídico, a questão da fome sempre aparecia. Recordo-me de um relato específico onde uma estudante compartilhou que sua supervisora por muitas vezes comprava lanche para os usuários, pois o atendimento não prosseguia devido o estado físico e mental que se encontravam por conta da fome, por ser algo que se repetia, ela já havia adotado como prática, a compra de lanches caso algum usuário apresentasse a fome como uma questão. Comecei a refletir nessa e em outras aulas, a partir de relatos dos colegas, que a centralidade da fome e da alimentação estava para além do contexto dos serviços que atendem populações em situação de rua, a fome me parecia expressa em diferentes contextos sócio-ocupacionais e de diferentes maneiras, o que mais tarde, encontrei como resposta em Josué de Castro, através dos mais variados conceitos de fome, como apresentado no capítulo um deste trabalho.

Para realizar este trabalho iniciamos com a leitura sobre autores/as referências na área, estudos, assistimos vídeos e *lives*, além de reportagens a respeito do tema. Os registros e observações feitas durante os quatro semestres de estágio foram as fontes fundamentais das informações que serão apresentadas. Além delas, a pesquisa documental, especialmente, de fonte on-line também subsidia e fundamenta este texto.

O trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo abordamos aspectos conceituais da fome no Brasil, assim como alguns aspectos históricos, não se pretendeu esgotar o debate, mas introduzir alguns conceitos objetivando ao leitor reflexões sobre a complexidade do fenômeno da fome. No primeiro tópico é abordado o conceito de fome, a partir de José Raimundo Ribeiro Junior (2008) e Josué de Castro (1965), buscando desmistificar alguns elementos construídos a respeito do debate, inclusive o uso de eufemismos para se referir a esse tema tão importante. Além de introduzir elementos históricos que vão contribuir para o cenário que temos hoje.

No item 1.3, são debatidos os aspectos fisiológicos da fome, a fim de explicitar como a exposição à fome vai moldando o comportamento dos indivíduos, que passam a viver em torno dessa necessidade, toda vida cotidiana passa a ter sentido a partir da fome.

No item 1.3.1 debatemos o termo “nutricídio”, cunhado por Llaila Afrika, além de trazer novamente o debate de Josué, objetivando demonstrar que não se trata apenas de comer, mas o que comer, pensar alimentação enquanto saúde, necessariamente se faz pensar quais alimentos (qualidade da produção, valor nutricional), estão sendo diariamente consumidos. No tópico em questão queremos evidenciar como é possível morrer de fome comendo todos os dias, dialogando com o tópico 1.1, onde é possível verificar que estar exposto à fome, está para além de não ter nada para comer. A fome enquanto expressão da questão social é extremamente complexa e perpassa por muitos lugares.

No capítulo 2, aprofundamos um pouco mais a respeito de alguns processos históricos, mas agora, direcionados ao desenvolvimento de Políticas Públicas, Programas e Legislações vinculadas a combate a questão da fome no Brasil. Trazendo alguns aspectos principais de cada período temporal a fim de evidenciar, o que vem sendo feito ao longo das décadas em diferentes governos. No item 2.1 apresentamos uma retrospectiva de ações desenvolvidas pelo Estado (de 1930 até 2002).

No item 2.2, versamos sobre a criação do programa Fome Zero (programa extremamente relevante nesse contexto) e a política de segurança alimentar e nutricional. O objetivo desses dois tópicos é demonstrar como as políticas vão sofrendo alterações mediante interesses ideológicos, um caminho para compreender o cenário atual que vivenciamos, que não destoia do passado. No subitem 2.2.1 abordamos sobre a recente substituição do programa Bolsa Família pelo Auxílio Brasil, a fim de ressaltar a importância dos programas de transferência de renda na vida de milhões de brasileiros, inclusive, garantindo minimamente o acesso a comida.

No item 2.3 e nos subitens que se seguem, buscamos discorrer sobre o Espaço Normal, trazendo informações sobre o trabalho realizado na Instituição, no item 2.3.1 abordamos o funcionamento da Redes de Desenvolvimento da Maré e do Espaço Normal no contexto da pandemia. Trazemos também, no item 2.3.2, um estudo de Caso – a fim de compartilhar com o leitor, um exemplo da construção do cuidado a partir da Alimentação. E por último, apresentamos brevemente o conceito da Política Pública intitulada “Housing First” (moradia primeiro) que serviu como inspiração para a escolha do nome do presente trabalho, “Comida Primeiro”.

O capítulo 3, traz o debate acerca da crise sanitária em curso e o aumento exorbitante da fome nesse cenário. Inclui ainda, introdução no que tange a produção e distribuição dos alimentos no Brasil, a fim de abrir caminhos para compreender porque há tantas pessoas passando fome Brasil, mesmo no contexto de um país que produz muito, possibilitando refletir alternativas democráticas como resposta.

## **1 - ASPECTOS DA FOME NO BRASIL**

Neste capítulo iremos discorrer sobre o conceito de fome elaborado por Josué de Castro, contribuindo de forma significativa para repensar a fome enquanto um fenômeno “natural”. Brevemente, são apresentados aspectos históricos da fome no Brasil, a fim de introduzir ao debate, como o cenário da fome vai sendo desenhado em território brasileiro.

Ao final da leitura deste capítulo será possível ampliar o debate a respeito do conceito de fome, vide elementos conceituais e históricos. Assim como, será possível refletir sobre o impacto ocasionado pela exposição à fome (seja ela total ou parcial) no organismo dos indivíduos e como reverbera na vida social dos mesmos. Esse capítulo também propicia refletir sobre questões relacionadas ao “nutricídio”, e seus impactos na saúde da população (principalmente a população negra).

Será possível compreender ainda, que a fome não é um fenômeno novo, estando associada ao próprio desenvolvimento humano na Terra. Além da compreensão da alimentação enquanto necessidade fisiológica, mas também social e cultural, sendo um elemento fundamental que se expressa de maneira indissociável na vida cotidiana.

### **1.1 Fome a expressão mais severa da questão social**

A produção dos bens e serviços existentes na sociedade capitalista é realizada de maneira coletiva, mas o acesso aos frutos desses trabalhos fica concentrado nas mãos de uma pequena parcela da população. Na sociedade capitalista, na mesma proporção em que é produzida a riqueza, é produzida a miséria e as desigualdades (NETTO, 2001). Essa relação contraditória, resulta na chamada "questão social" e se expressa na vida dos sujeitos de múltiplas maneiras.

Segundo Iamamoto (2010) a “questão social” expressa as profundas alterações do sistema capitalista, intensificando o processo de exploração e expropriação das classes trabalhadoras, reduzindo o papel do Estado na garantia de direitos básicos à maior parte da população. Reverberando em uma banalização da vida das pessoas que estão postas histórica e socialmente em lugares de segregação. Segundo a autora:

A questão social, expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico raciais e formações regionais colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural, ela atinge visceralmente a vida dos sujeitos "numa luta aberta e surda pela cidadania" (Apud Ianni, 1992), no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos. Esse processo é denso de conformismos e

rebeldias, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos de cada um e de todos os indivíduos sociais. É nesse terreno de disputas que trabalham os assistentes sociais”. (IAMAMOTO, 2010, p. 160).

Nesse aspecto, discorreremos sobre a fome enquanto a expressão mais severa da questão social, já que por se constituir enquanto uma necessidade primária (como veremos de maneira mais detalhada adiante), não pode esperar. Na exposição constante à fome, os indivíduos passam a sofrer uma série de consequências que extrapolam o mal estar físico e mental, reverberando diretamente na produção e reprodução social da vida cotidiana, incidindo diretamente no acesso a outros direitos sociais historicamente conquistados. Esses aspectos serão melhor debatidos ao longo deste trabalho. Dentre todos os direitos humanos, o direito à alimentação é, seguramente, o mais constante e mais massivamente violado em nosso planeta. (ZIEGLER, 2013).



Cena do documentário Histórias da fome no Brasil, dirigido por Camilo Tavares. Foto: Reprodução/Divulgação

O conceito de fome está diretamente associado à alimentação. Falar de fome é também falar de alimentação. Segundo Ribeiro Júnior (2008), “o conceito de fome se define em sua relação com o conceito de alimentação”. Ainda segundo o autor, o conceito de fome é de difícil compreensão e, em grande parte, isso se deve ao fato de estarmos diante de uma palavra polissêmica, ou seja, que possui uma multiplicidade de sentidos, assumindo diferentes significados a depender do contexto em que é empregada (RIBEIRO JUNIOR, 2008), o autor ressalta que não há um conceito “certo”, mas que a polissemia contribui para um esvaziamento do conceito e por conseguinte, dificulta a compreensão do fenômeno da fome e sua complexidade.



Conceitualmente estamos à frente de dois problemas distintos e complementares. De um lado, há uma quantificação da fome sem uma problematização do conceito, sem o aprofundamento teórico e conceitual necessário para explicar o fenômeno da fome. De outro, há um esvaziamento do conceito de fome através da utilização de outros conceitos como desnutrição, subnutrição e insegurança alimentar, conceitos importantes, mas que não podem substituir o conceito de fome, pois não tem a mesma capacidade explicativa (RIBEIRO JUNIOR, 2008, p. 30).

Ribeiro Júnior (2008) traz em sua dissertação a problemática em torno de outros termos cunhados para se referir à fome, muitas vezes interpretados como eufemismo e utilizados para amenizar a questão, termos como “subnutrição”, “desnutrição” e “segurança alimentar”. O autor reforça que são conceitos importantes, mas insuficientes para explicar o fenômeno da fome e sua complexidade. Problematiza ainda, que as pesquisas realizadas para “mapear” a fome, segundo ele, por possuírem uma relação direta com o Estado, buscam responder explícita ou implicitamente a determinados interesses, já que esses dados tendem a ser coletados para elaborar as políticas públicas, privadas, a nível nacional e internacional.

[...] Em outras palavras, são pesquisas que na maioria das vezes são realizadas por governos ou organizações como a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) e o Banco Mundial, que geram os dados que norteiam as políticas públicas, privadas, nacionais e internacionais, que se propõem (ou pelo menos assim se colocam) a tomar medidas para erradicar ou diminuir a fome. Convém salientar que esse tipo de pesquisa também está presente no meio acadêmico, além das parcerias entre Universidades e centros de pesquisa com essas Instituições, há de se considerar também que a legitimidade das pesquisas aplicadas (legitimidade conferida muitas vezes por sua própria institucionalização) acaba por definir aquilo que se entende como científico[...].” (RIBEIRO JUNIOR, 2008, p. 30).

A partir da exposição anterior, é importante ressaltar que o presente trabalho utilizará o conceito de fome elaborado pelo autor Josué de Castro. Para ele, a fome pode ser definida a partir de “três pares conceituais complementares e explicativos” (RIBEIRO JÚNIOR, 2008, p. 39). Podendo ser individual ou coletiva, endêmica ou epidêmica, parcial (também denominada como oculta) ou total.

Em 1946, Josué de Castro lançava o clássico intitulado “Geografia da fome”, obra que influenciou e influencia, até os dias atuais, diversos estudos sobre a fome no Brasil e no mundo. Inclusive, é a partir dessa produção literária que são desenvolvidos os “mapas da fome”, que permitem refletir essa questão, elucidando seus determinantes e buscando vias democráticas para enfrentar o problema, o autor foi o responsável pelo primeiro mapa da fome no Brasil. Em seus estudos, analisou a vida da classe operária de Recife (na época com cerca de 700 mil habitantes), destes, aproximadamente 230 mil viviam nos mocambos (espécies de “cabanas” extremamente precárias e desconfortáveis) localizados nos mangues e arredores da cidade. A

urbanização desordenada, se constituía em um problema que reverberava na marginalização da população local. Esses fatos advêm de dois fatores principalmente: naturais (relacionados às secas próprias do sertão nordestino) e de problemas sociais (associados aos salários precários dos trabalhadores das usinas).

A obra de Josué de Castro traz que a fome não é um fenômeno característico de determinadas regiões, ela é um fenômeno universal, seu desenho geográfico percorre o extremo Oriente, perpassa o continente africano e abarca até mesmo o continente americano e seu “american dream”<sup>1</sup> local em que há aproximadamente 100 milhões de pessoas em situação de fome. “Toda a terra dos homens foi, até hoje, a terra da fome, cerca de dois terços da humanidade sofrem com a fome, seja ela epidêmica ou endêmica” (CASTRO, 1946).

O autor também relata que a “questão da fome”, sempre esteve presente na história da humanidade, ela acompanha o desenvolvimento do homem na sociedade, sendo muitas vezes, inclusive, o cerne da questão do desenvolvimento humano, já que a fixação dos hominídeos nos primórdios do berço civilizatório se deu, principalmente, por questões relacionadas à possibilidade (e a busca incessante) de se alimentar, assim ocorre sua fixação em locais que geograficamente fossem favoráveis para sua subsistência, já que a fome é um instinto primário. Segundo o autor, a fome é um elemento central e presente em todos os continentes (CASTRO, 1946).

“A fome pode intervir como força social, capaz de modificar a conduta e o comportamento do homem, agindo, assim, em consequência, como um fator de desajuste entre indivíduos, povos e nações” (CASTRO, 1946).

Esses elementos são importantes na desconstrução da fome como algo “natural”, sobretudo trazendo a reflexão que, mesmo tendo acesso a alimentos todos os dias, os sujeitos podem continuar expostos à fome por estarem mal alimentados. A fome, é muito mais frequente e devastadora do que se pode mensurar. Em sua obra “Geografia da Fome”, Josué de Castro busca considerar o estado de nutrição e subnutrição, o conceito de fome discutido pelo autor, propõe considerar as questões relacionadas ao déficit nutricional - geralmente, associadas à subnutrição até a inanição absoluta. A *fome total* se dá quando o indivíduo não consome os alimentos necessários para o pleno desenvolvimento e funcionamento do corpo, quando o corpo não ingere as energias mínimas diárias recomendadas para sua funcionalidade.

---

<sup>1</sup>Saiba mais acessando o link: < [Por que 26 milhões de americanos enfrentaram fome em 2020: 'Só comparável à Grande Depressão' - BBC News Brasil](#)>

Quando essa não ingestão é acentuada, ela leva ao que o autor chama de *semi-inanição* e *total* quando leva à *inanição*.

Nesse sentido, é importante frisar que mesmo quando o sujeito ingere alimentos com calorias suficientes para que seu corpo funcione, ainda assim pode estar acometido pelo o que o autor classifica como *fome parcial ou específica*, pois embora tenha adquirido energia advinda dos alimentos que consumiu, está em déficit nutritivo, pois os alimentos geralmente estão lotados de “calorias vazias” e sem valor nutricional. Temos ainda a *fome endêmica* - quando os indivíduos, por fatores geralmente relacionados a questões econômicas, não possuem acesso suficiente aos alimentos para que seu organismo se mantenha nutrido. E a *fome epidêmica* ou aberta - ocorrem em contextos específicos, como em locais que são dominados por pragas (afetando produções agrícolas) ou por conflitos civis, como as guerras.

Entre os dois tipos extremos – a devastadora inanição aguda e a insidiosa deficiência crônica - vamos encontrar toda uma gama de tipos de fome, assolando a humanidade sob os mais insólitos e espetaculares disfarces. [...] Enquanto os tipos de fome global – os episódios de fome aguda - tão comuns durante a Idade Média, se foram tornando cada vez mais raros ou espaçados com os progressos sociais, os casos de fome específica foram se tornando mais frequentes e graves. A fome oculta constitui hoje forma típica da fome de fabricação humana”. (CASTRO, J., 1965a, p. 79 e 83).

Josué de Castro também busca correlacionar a fome endêmica com a fome parcial (ou oculta), pois segundo o autor, nos locais onde a fome é comumente endêmica, há uma tendência à fome parcial. E a fome epidêmica está relacionada com a fome total, pois geralmente a primeira é ocasionada por desastres naturais e/ou guerras, levando a inanição. Nesse sentido, se faz necessário elucidar que não se está contabilizando apenas a fome total que leva à inanição, mas também os casos de fome parcial, específica e oculta. Segundo Castro (1965), não ingerir a quantidade ideal de nutrientes diários reverbera em um regime de carências que pode conduzir o sujeito à morte. A morte ocasionada pela fome se expressa de diferentes maneiras.

Dessa maneira, ao construir o conceito de fome, fica evidente que fome, está para além de não comer nada, também se pode morrer de fome comendo todos os dias. Uma alimentação insuficiente, vai matando o indivíduo aos poucos, dia após dia, seu corpo fica suscetível a inúmeras comorbidades, uma má alimentação também conduz a morte. Sendo perceptível que, ao analisarmos a fome mediante o conceito elaborado por Josué, há muito mais pessoas em situação de fome do que são capazes de representar os indicadores sociais.

Muito mais terrível que o surto epidêmico e do que o flagelo periódico das secas que dizimam de uma vez centenas ou milhares de vidas, é esta desnutrição, está

subalimentação permanente que destrói surda e continuamente toda uma população, sem chamar nossa atenção, nem despertar nossa piedade. Temos uma documentação insofismável desse fato nos aspectos demográficos da cidade do Recife”. (CASTRO, J., 1959, p. 88).

O autor ainda elucidava em seus estudos as áreas do Brasil que correspondem a cada uma dessas classificações, a fome endêmica estaria mais associada a Amazônia e Zona da Mata do Nordeste, e a fome epidêmica e total associada ao Sertão do Nordeste.

Importante destacar que ao definir o conceito de fome endêmica, Josué contribuiu para desmistificar a fome enquanto algo “natural”, ocasionada apenas pelos fenômenos geográficos, por exemplo. Ampliando o debate na medida em que surgem questões como essa: por que mesmo com alimentos suficientes, há pessoas que não conseguem comer? Segundo o autor, a fome também está atrelada a questões estruturais, e carrega consigo, a desumanidade.

[...] sejam em formas isoladas, sejam associadas, as fomes específicas (parciais) atuam poderosamente sobre os grupos humanos, marcando o corpo e alma dos indivíduos. [...] Mas não é agindo apenas sobre o corpo dos indivíduos, degradando-lhes o tamanho, mirando-lhes as carnes, roendo-lhes as vísceras e abrindo-lhes chagas e buracos na pele, que a fome aniquila o homem. É também atuando sobre seu espírito, sobre sua estrutura mental, sobre sua conduta social”. (CASTRO, J., 1965a, p.122 e 124).

Castro foi pioneiro no mundo nesta elaboração dos elementos sociais, econômicos e políticos que redundam na falta de acesso alimentar de grandes parcelas da humanidade. “A fome é expressão biológica dos males sociológicos”, dizia ele. E acrescentou: “A fome não é um fenômeno natural, é um fenômeno social, produto de estruturas econômicas defeituosas” (Castro, 1965).

## 1.2 Elementos históricos da fome no Brasil colonial

Até os estudos de Josué, era comum atrelar o fenômeno da fome no mundo à escassez da produção, escassez de recursos naturais e ao “excesso populacional”, especialmente. Mas na realidade, segundo Castro (1946), seria possível alimentar toda a população com o que é produzido já que a maior parte da população que passa fome no mundo está inserida nos países subdesenvolvidos<sup>2</sup>, países estes que possuem um alto nível de desigualdade econômica e problemas de infraestrutura. A população não consegue ter acesso aos alimentos produzidos pois não possui recursos financeiros para aquisição, assim como não possui terras para produzir e cultivar alimentos.

---

<sup>2</sup> Expressão usada pelo autor. Hoje denominados “em desenvolvimento”.

Nesse sentido, a má distribuição de renda, conflitos políticos, degradação ambiental, guerras civis, etc acabam por contribuir com essa problemática. O Brasil possui particularidades que acentuam essas questões, possuindo como emergência desse processo o período colonial, o processo de urbanização, o desenvolvimento industrial tardio e as relações de dependência econômica que se estabelecem a partir disso. Segundo Castro (1965), a questão da fome no Brasil está diretamente associada a esses elementos, está imbricado no processo histórico e político que culmina na formação da economia, mais precisamente entre os séculos XVI e XIX. Além disso, elementos relacionados ao mercado exportador possuem um papel fundamental em como a questão da fome vai se estabelecer no Brasil.

Da metade do século XX (quando o autor desenvolveu seus estudos) até os dias de hoje, há uma priorização na produção de mercadorias para serem exportadas, desde a cana de açúcar, o ouro, o diamante, o tabaco e o algodão (na época de Josué de Castro), até a soja e a carne na atualidade, em detrimento do mercado interno que necessita de feijão, mandioca e milho. Além do fato da concentração da terra nas mãos de poucos proprietários, assunto do qual abordaremos nesse trabalho com mais detalhes adiante.

O povo português, especialmente, que invadiu o Brasil no século XVI, por muito tempo teve sua base de produção agrícola na cana de açúcar usando o trabalho escravizado, estando fixado, em um primeiro momento, ao longo dos litorais. Inclusive, a alimentação dessa população consistia basicamente em farinha de mandioca e frutos do mar. Depois, com o desenvolvimento da pecuária, ultrapassaram as fronteiras do litoral e começaram a abarcar o interior do país (especificamente no Sul e sertão nordestino) e, posteriormente, o Centro-Oeste do país (CASTRO, 1965).

Outro fator que contribuiu com esse movimento de expansão, foi o desenvolvimento da cultura de subsistência, já que não era mais possível importar alimentos dada questões de infraestrutura relacionadas, principalmente, com os transportes de cargas (que eram lentos e extremamente precários). Esses fatores contribuem para que o abastecimento de diversos insumos fique prejudicado, levando a uma alta dos preços, consequentemente maximizando a questão da fome e contribuindo para diversas questões da ordem social naquele período (CASTRO, 1965).

Segundo Castro (1965), existiam homens livres que produziam cana para outros engenhos (como os pedreiros, carpinteiros e etc) essa população, consumia 25% do que era produzido nos engenhos, juntamente com os traficantes de escravizados, religiosos, funcionários da coroa, comerciantes, população em situação de rua e etc; Outro elemento importante trazido pelo autor, é que a alimentação rica em diversidade de nutrientes, a partir

da policultura, trazidas pelos colonizadores no período da invasão às terras brasileira, que contava com variedade de frutas, verduras e legumes, não foi consumida pela população mais pobre, que ficou restrita a monocultura da cana de açúcar. Dessa maneira, o consumo de alimentos se divide em dois eixos, um relacionado ao europeu, que importava tudo o que necessitava e o povo, que ficava restrito na medida em que não possuíam recursos para adquirir uma maior variedade de alimentos.

A alimentação precária e restrita, como observamos nos tempos atuais, já havia sido desenhada nesse período, o cerne da questão se encontra no sistema econômico que se estabeleceu, que não permitia atividades diversificadas reverberando na precariedade do mercado interno.

Segundo Linhares (1979), o Brasil vivenciou 25 anos de fome, carestia e penúria (mais especificamente, entre os séculos XVIII e XIX), sofrendo com uma escassez de alimentos ocasionada por fatores que incluem questões naturais, como pragas (que destruíram colheitas) o clima - que interfere diretamente nas produções agrícolas (como por exemplo, as secas) doenças epidêmicas e etc.

O segundo fator está relacionado a questões da própria dinâmica da produção, associadas à própria estrutura da economia colonial. A autora pontua a concorrência entre as agriculturas de subsistências e a exportação voltada para os mercados internacionais e Inter-regionais que ocasionaram uma diminuição na produção dos alimentos.

Como terceiro fator, a autora traz o surgimento de mercados rentáveis, que contribuíram para que os agricultores comercializassem seus produtos em outras esferas, retirando de circulação do comércio local. Como quarto fator, Linhares (1979) pontua que muitos agricultores se recusavam a cultivar alimentos que extrapolassem suas necessidades individuais e familiares, devido principalmente a questões de burocracia fiscal e impostos que eram obrigados a pagar caso desejassem produzir e comercializar outros gêneros alimentícios.

A carestia atingia os pobres, mas também os senhores de engenho, que se sentiam prejudicados na medida em que a produção da ração ofertada aos escravizados se tornava um problema. Nesse sentido, a primeira interferência do governo na questão da fome, data de 1700, quando áreas que eram utilizadas para cultivar cana de açúcar e tabaco passaram a ser utilizadas para plantar alimentos.

### 1.2.1 O racismo e sua relação com a formação do Estado brasileiro

Pesquisa realizada no final de 2020, denominada Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil,<sup>3</sup> demonstrou que a fome também expressa o racismo no Brasil. Por isso, é importante abordarmos diretamente a questão do racismo. Cabe salientar que o fim da escravização na sociedade brasileira não significou nem de longe, democracia de direitos, os ex-escravizados foram jogados à própria sorte, sem política e reformas que os integrassem socialmente (FERNANDES, Florestan, 1965). Houve na realidade uma modernização conservadora, fruto de uma industrialização retardatária que não buscou superar o passado colonial, pelo contrário, refinou o racismo, trazendo novas roupagens e formas de atuação na realidade concreta, preservando os instrumentos de dominação e exploração. Esse fator é crucial para compreender a dinâmica da realidade social existente hoje. Como bem elucida Florestan Fernandes em seu livro intitulado "A integração do negro na sociedade de classes":

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. (...) Essas facetas da situação (...) imprimiram à Abolição o caráter de uma espoliação extrema e cruel. (FERNANDES, Florestan, 1965).

Em terras tupiniquins, se fizermos o “teste do pescoço”<sup>4</sup>, iremos nos deparar com uma realidade que é negada desde a abolição do escravismo, a de que o racismo continua se perpetuando. Esse teste consiste basicamente em “meter o pescoço” pelas cidades do Brasil, observando estabelecimentos, escolas, postos de trabalho, cenas de uso de crack e etc. Usando o teste do pescoço, é possível observar com mais atenção o perfil dos moradores dos prédios da Zona Sul do Rio de Janeiro, o perfil dos moradores do complexo de favelas da Maré, da população encarcerada, das vítimas de homicídio, observar o perfil de quem estuda Medicina na UFRJ e de quem trabalha terceirizado na mesma universidade, limpando os chãos e os corredores. Esse teste nos permite constatar que a maioria dos lugares periféricos e suburbanos são ocupados pela população negra (pretos e pardos), já os lugares com melhor qualidade de vida, os melhores postos de trabalho, as melhores escolas, são frequentadas majoritariamente por pessoas brancas. Não se tratam de coincidências ou acasos, pelo contrário, são fatos que

---

<sup>3</sup> <http://olheparaafome.com.br/>

<sup>4</sup> [Existe racismo no Brasil? Faça o Teste do Pescoço e descubra - Geledés \(geledes.org.br\)](http://geledes.org.br/)

determinam a realidade social e precisam ser analisados dentro de um contexto histórico, político, econômico e social e, a partir disso, será possível compreender como o racismo adquire novas faces e dinâmicas pós escravização, sendo estrutural e estruturante das relações sociais do modo de produção capitalista. O próprio Estado terá sua conformação calcada no racismo, operando de forma sistemática através do chamado “mito da democracia racial” (ALMEIDA, 2018), seja no posto de um Estado presente e autoritário que entra atirando a esmo nas favelas, como ocorreu recentemente no Jacarezinho<sup>5</sup>. Seja na forma de um Estado ausente, que destitui os cidadãos de direitos básicos de sobrevivência, como o direito à saúde de qualidade, direito à moradia/habitação, direito à educação, é quando o Estado, através de seus inúmeros mecanismos mata “indiretamente” esses sujeitos, dessa vez não atirando, mas contribuindo de todas as maneiras para a sua morte.

O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo *racismo é regra e não exceção* (ALMEIDA, 2018, p. 38)

Na modernidade, o racismo está diretamente associado ao desenvolvimento do Estado burguês, que organiza a vida em sociedade buscando a manutenção de sua hegemonia. Utiliza a ideologia do racismo para desenvolver a política, a economia, a justiça e a cultura. Categoriza os indivíduos, criando uma identidade nacional, que criminaliza, estigmatiza e controla os corpos, os hábitos, os costumes, as práticas ancestrais de povos indígenas e da população negra.

A violência que acomete os corpos negros desde o período colonial é o princípio que regulamenta o capitalismo e aprofunda a submissão e desumanização desses corpos que adquirem o lugar do Não Ser e de inimigo público, legitimando dessa maneira as ações violentas que o Estado possui, sendo muitas vezes tidas como necessárias para proteger os “cidadãos de bem.” Através do racismo, o Estado desenvolve seus dispositivos de segurança que dão continuidade no processo de dizimar a população negra (ALMEIDA, 2018).

Em entrevista concedida a Fundação Perseu Abramo<sup>6</sup>, o antropólogo Kabengele Munanga, relata que o Brasil não experienciou a segregação racial nos moldes como ocorreu nos Estados Unidos e na África do Sul, locais que possuíam leis para legitimar a segregação e

---

<sup>5</sup> [Operação no Jacarezinho deixa 28 mortos, provoca intenso tiroteio e tem fuga de bandidos | Rio de Janeiro | G1 \(globo.com\)](https://g1.globo.com)

<sup>6</sup> [Nosso racismo é um crime perfeito - Entrevista com Kabengele Munanga - Fundação Perseu Abramo \(fpabramo.org.br\)](https://fpabramo.org.br)



tornou “mais fácil” a identificação do racismo e dos racistas no contexto em que os negros começaram a reivindicar seus direitos civis, já que o primeiro deles consistiu em extinguir as leis racistas. No caso do Brasil, não havia leis para discriminar, o que acabou dando a impressão - segundo inclusive, a própria Constituição, de que “somos todos iguais”. Não por acaso, políticas públicas como as cotas são muitas vezes tidas como algo inconstitucional, lidas pelo senso comum como “racismo reverso”. Segundo o antropólogo: “As leis para proteger estão na nova Constituição que diz que o racismo é um crime inafiançável. Antes disso tinha a lei Afonso Arinos, de 1951. De acordo com essa lei, a prática do racismo não era um crime, era uma contravenção. A população negra e indígena viveu muito tempo sem leis nem para discriminar nem para proteger.”

Esses fatores, somados com uma educação racista que começa desde a primeira infância, e a propagação de estereótipos através da grande mídia, contribuem na sustentação do mito da democracia racial, que escamoteia o racismo institucional e sistêmico.

Nesse contexto, o Estado (que deveria ter uma função em prol de todos os cidadãos) acaba por decidir quem deve viver e quem deve morrer, sustentado por uma lógica racista. Se fizermos uma analogia do capitalismo com o corpo humano, o racismo seria sua espinha dorsal, ou seja, o que o sustenta e movimenta. Se apropriando do conceito de “necropolítica” do filósofo camaronês Achille Mbembe (2014), de maneira bem resumida, essa política de morte se expressa em nossa sociedade em contexto neoliberal de três maneiras:

Através da morte epistemológica - a morte antes da morte física, é a morte dos saberes, da espiritualidade, da intelectualidade, da subjetividade dos sujeitos pretos, seja criminalizando suas práticas, roubando-as e vestindo com roupagens brancas (a famosa apropriação cultural). Ocorre quando se retira do indivíduo sua história, coloniza o pensamento, o mata antes dele morrer.

A segunda maneira é a morte que vemos quando a polícia entra na favela atirando a esmo, a morte que a população não só aceita, como muitas vezes a reivindica. Baseada numa relação dicotômica de inimigo, bom e mau, reforça a ideia já antiga do negro como propenso ao crime. Vide o racismo científico<sup>7</sup> que em meados do século XVII surgiu para explicar que uns nascem "naturalmente" criminosos. Coincidentemente, esse indivíduo possuía cor e fenótipos típicos dos negros.

---

<sup>7</sup> [Zoológicos humanos, racismo disfarçado de ciência para as massas no século XIX | Cultura | EL PAÍS Brasil \(elpais.com\)](http://elpais.com)

E a terceira é o "deixar morrer", quando se destitui os indivíduos de tudo o que lhes garantiria o mínimo de cidadania e uma vida minimamente digna, deixando com que eles morram, seja por não acesso à moradia digna, acesso a bens e serviços, como educação de qualidade, equipamentos de saúde, saneamento básico, acesso à alimentação digna e nutritiva diariamente.

Em síntese, o racismo é um fenômeno social extremamente complexo, estando associado à geografia do corpo (cor da pele, fenótipos), práticas culturais, poder de consumo, capacidade de mobilidade dos indivíduos no âmbito social, direito de ir e vir livremente, de acessar ou não determinados espaços. A historicidade nos mostra que desde a escravização, o racismo foi adquirindo diferentes expressões no seio social (ALMEIDA 2018), perpassando o caráter biológico, econômico, político, cultural, social e científico, estando dessa maneira, arraigado nas estruturas de poder, estabelecendo uma relação de opressão sistêmica e estrutural entre o grupo oprimido (nesse caso, os negros) e o grupo hegemônico (os brancos).

O antropólogo *Kabengele Munanga*, em entrevista a Fundação Perseu Abramo, diz que o racismo pode ser descrito muitas vezes como um “crime perfeito”, pois funciona como uma arma ideológica de alienação que altera as subjetividades dos negros nas relações sociais, a partir da identidade racial, essa ideologia busca retirar a humanidade dessa população. No imaginário social (inclusive dos próprios negros), assumem uma posição inferior em relação ao grupo hegemônico, atingindo todas as esferas da vida social, desde a aparência física, precisando muitas vezes camuflar determinadas características (principalmente o cabelo) para conseguir acessar determinados espaços, vide empregos. Tem a aparência associada a estereótipos que objetificam, sempre tendendo para o lado sexual e relacionados ao mundo do crime. Molda os afetos, é como se, na sua posição animalizada estivessem menos aptos a serem amados e a amar, em contrapartida, estão mais condicionados e resistentes ao sofrimento, desde dores físicas até emocionais, já que muitas vezes, foram inclusive, considerados desprovidos de alma. Também são estigmatizados no âmbito intelectual, sendo considerados menos inteligentes que os brancos, geralmente associados a desenvolver habilidades braçais/ brutas, e por consequência, acabam sendo associados a posições subalternizadas nos postos de trabalho. Sua cultura também é tida como inferior, a história nos mostra como as práticas culturais dos negros foram e são perseguidas de inúmeras maneiras, muitas vezes criminalizadas e usurpadas por brancos (ALMEIDA, 2018).

Ao observamos a composição das instituições, principalmente no que tange aos cargos com alto poder e influência, é possível notar a presença massiva do grupo hegemônico, esse grupo é adepto de inúmeras práticas racistas que cotidianamente fazem a manutenção do status

quo, práticas que fortalecem e mantêm esses grupos no poder, seja no executivo, judiciário, legislativo, grandes empresários (por conseguinte, grandes empregadores), donos das grandes corporações, diretores de unidades de saúde, diretos das unidades de educação de ponta, médicos e etc, todos esses espaços de poder, tem algo em comum: estão majoritariamente aparelhados por pessoas brancas. Isso terá um impacto direto na distribuição dos bens e serviços e na forma de tratamento dos indivíduos negros e povos indígenas, por isso se faz de suma importância falar sobre a questão racial, ainda mais no contexto do trabalho do Assistente Social, que lidará em sua maioria com essa população.

Se faz de suma importância que os profissionais do Serviço Social (e no mundo ideal, a sociedade como um todo) racializem o olhar sob o qual analisam as relações sociais, os indivíduos, o Estado, o capitalismo. Descolonizar o olhar, significa uma nova perspectiva de enfrentamento, sem escamotear a realidade racista genocida que vivenciamos. Compreender os mecanismos e superar a questão racial é fundamental para as problemáticas existentes no mundo moderno, não apenas no sentido da superação enquanto prática discriminatória, mas sim algo que de fato, possibilitará uma transformação profunda na sociedade. O fim do racismo, passa, portanto, pela superação do Estado capitalista imperialista e ultraliberal (juntamente com outras formas de exploração e opressões como machismo, lgbtfobia, xenofobia etc.). Essa superação desponta como o maior desafio desta quadra histórica e nesta dobrada do tempo, ainda em disputa. Seguimos com a arma da crítica como instrumento da verdadeira libertação e emancipação humana.

### **1.3 Elementos fisiológicos e subjetivos gerados pela fome na pessoa**

Os sintomas físicos da fome e da subalimentação podem ser diversos, desde barriga roncando, diminuição de energia que ocasiona perda de força, dor de cabeça, tontura, perda de peso, anemia, e diminuição ou parada de crescimento e etc, há uma infinidade de sintomas e consequências para o organismo àqueles que estão expostos a fome. Se faz importante ressaltar que a fome, sobretudo, tem consequências que extrapolam a dimensão física, ela atinge os sistemas psicológicos e o espírito (FERNANDES E GONÇALVES, 2007).

Para compreender essa questão, iremos nos debruçar sobre a análise feita pelos autores em zonas de fome epidêmica no Brasil, como, por exemplo, o Nordeste, região que tende a enfrentar secas de maneira periódica, resultando em um cataclismo meteorológico (fenômenos praticamente imprevisíveis e de quase impossível prevenção) que desorganiza significativamente a economia local, sendo muitas vezes a única maneira de salvar vidas, a evacuação total do lugar. Esse fenômeno ocasiona a fome aguda nessas regiões. Uma parte da

população costuma morrer e os sobreviventes costumam emigrar para regiões que possuem clima mais favorável para a subsistência.

A fome age não apenas sobre os corpos das vítimas da seca, consumindo sua carne, corroendo seus órgãos e abrindo feridas em sua pele, mas também age sobre seu espírito, sobre sua estrutura mental, sobre sua conduta moral. Nenhuma calamidade pode desagregar a personalidade humana tão profundamente num sentido tão nocivo quanto a fome, quando atinge os limites da verdadeira inanição. Excitados pela imperiosa necessidade de se alimentar, os instintos primários são despertados e o homem, como qualquer outro animal faminto, demonstra uma conduta mental que pode parecer das mais desconcertantes”. (FERNANDES e GONÇALVES, 2007, p.157).

A fins de exemplificar como a fome altera o comportamento de todos os seres vivos, inclusive do homem, Fernandes e Gonçalves (2007) trazem em seu ensaio, o que ocorre com alguns animais que habitam a mesma região, como gados, serpentes e morcegos. Segundo os autores, após o cataclismo meteorológico, o gado passa a se alimentar de plantas mais resistentes ao fenômeno (geralmente as que contém espinhos) ao mastigar, os animais têm sua boca cortada, ocasionando sangramentos que se misturam à baba, mesmo feridos, eles continuam se alimentando dessas plantas, pois a dor da fome é muito maior que a dor dos cortes. Os morcegos e as serpentes, que costumam viver mais isolados, nesse contexto, buscam as áreas habitadas pelos humanos, invadindo as casas e muitas vezes atacando os homens.

A fome se manifesta no organismo de maneira intermitente, cessa e recomeça por intervalos. Segundo os autores, no começo “a fome provoca uma excitação nervosa anormal, uma extrema irritabilidade e, principalmente, uma exaltação dos sentidos que animam num elã de sensibilidade ao serviço quase exclusivo das atividades que permitem obter alimentos e, portanto, satisfazer o instinto mortificado da fome. Entre os sentidos, os que sofrem o máximo de excitação são os da visão e o do olfato, os que podem melhor orientar o faminto na procura de alimento.” (FERNANDES e GONÇALVES, 2007, p.157).

Nesse momento, questões morais, outros interesses e desejos, não importam, como bem pontuam os autores, o homem se transforma em um verdadeiro “animal de rapina” seu único objetivo é sanar a fome, responder àquela sensação fisiológica e primária, se transformando em um verdadeiro caçador. Esse momento de alta excitação é seguido por um período de declive, dando origem a sintomas opostos, como a apatia, náuseas, dificuldade de concentração mental, isso ocorre pois quando o homem para de ingerir alimentos, deixa de fornecer algo essencial para o organismo: a energia que é garantida pela glicose. O sangue precisa ser mantido quente e para isso, o metabolismo precisa do calor, sendo necessários cerca de 1700 calorias diárias (a depender de algumas especificidades de indivíduo para indivíduo), para produzir essa energia.

Na ausência dos alimentos, o organismo começa a “dar o seu próprio jeito”, buscando reservas de energia no próprio corpo, fazendo com que as células capturem glicose e carboidrato do tecido gorduroso. Fenômeno comumente conhecido como “queima de gordura”, o corpo realiza esse mecanismo para se manter vivo.

Nesse sentido, após consumir toda a gordura, se ainda não receber a energia através da ingestão de alimentos, o corpo migra para os músculos, segundo a nutricionista Mônica Inês Jorge, do Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da USP<sup>8</sup>, “o corpo é capaz de transformar sais e proteínas musculares em glicose. Nessa fase, a pessoa perder massa muscular até ficar, como se costuma dizer, pele e osso”.

Nesse estágio, o corpo já se encontra com baixos índices de glicose, está sem energia, o cérebro é afetado e perde sua capacidade de comandar o corpo, ocasionando os sintomas acima descritos, além de náuseas, fraqueza, tontura, dificuldade para se concentrar e etc. O cérebro, entende que há pouca energia disponível para manter o funcionamento do corpo e envia sinapses para que os órgãos economizem energia e passem a “trabalhar” menos. Por essa razão, é comum que pessoas em situação de fome, sintam muito sono, fiquem mais indispostas, pois o corpo está tentando poupar energia para continuar vivo. Essas pessoas estão em estado de letargia, há uma incapacidade de reagir, dando lugar a apatia e inércia. Quando o organismo utiliza todas as reservas disponíveis, se continuar em situação de fome aguda, é levado a óbito.

A partir disso, a produção de substâncias fundamentais ao funcionamento do corpo humano, como enzimas e diversos hormônios, caem de maneira significativa, reverberando em diversas doenças. A nutricionista Mônica Inês, pontua sobretudo, que a perda desses elementos fundamentais, se ocorrida na infância, desencadeia retardo no desenvolvimento cerebral (muitas vezes irreversível) e na adolescência, o sujeito tem seu crescimento afetado.

Nesses limites, já muito perigosos para a segurança do espírito, a personalidade se desagrega, e as reações normais a todas as outras solicitações do meio exterior sem relação com o fenômeno da fome, se extinguem pouco a pouco. Nessa desintegração do eu desaparecem as atividades de autoproteção e controle mental e, finalmente, o indivíduo perde todos os escrúpulos e inibições de ordem moral. Assim, com a consciência extinta, o conflito inconsciente prossegue, entre as forças de satisfação do instinto de nutrição e as forças dirigidas pelos outros interesses humanos”. (FERNANDES e GONÇALVES, 2007, p.157)

Interessante como os autores fazem um espécime de comparação com o contexto antes e depois do cataclismo meteorológico que assola algumas regiões, a fim de explicitar como a

---

<sup>8</sup>Saiba mais acessando o link: < [< Como a fome afeta o organismo? | Super \(abril.com.br\)>](http://Como+a+fome+afeta+o+organismo?+|+Super+(abril.com.br))>

fome funciona como uma força motriz, como uma força social que altera o comportamento humano e toda a ordenação de uma localidade. A população local, quando não afetada por algum fenômeno como as secas ou inundações, costuma ter uma dieta relativamente equilibrada, há consumo de leite e seus derivados, carne, milho, fruto de um sistema econômico do tipo misto, composto por agricultura e criação de gado. Os autores também trazem características como “trabalhadores, disciplinados, industriais e honestos”, ressaltando que essas qualidades se esvaem na medida em que a fome aparece. A fome desajusta e desorienta os homens.

Outro exemplo está relacionado à baixa produção per capita de trabalhadores localizados em zonas equatoriais e tropicais, pois muitos vivem em situação de fome permanente e não obtendo energia suficiente para realizar um trabalho mais intenso e duradouro e conseqüentemente produzir mais. Esse exemplo emblemático, demonstra como a fome é central e sua existência tende a criar “um círculo vicioso: pois nas zonas de fome, a produção não aumenta, por falta de trabalho suficiente e disciplinado, e sem aumentar a produção, a fome continua sabotando os planos de trabalho construtivo.” (FERNANDES e GONÇALVES, 2007, p.155)

Há também muitas doenças que estão associadas à fome e pobreza, Gonçalves e Fernandes (2007), citam como exemplo o paludismo (malária), causada pelo parasita “plasmodium” transmitida através da picada de mosquitos infectados. Segundo dados apresentados nos estudos dos autores, o paludismo em determinadas regiões, atinge e mata populações quase inteiras, pois atinge pessoas que estão com o sistema imunológico comprometido, pessoas em situação de fome extrema que não possuem nenhuma resistência no organismo. Somatizando com o fato de que muitas dessas regiões, possuem questões de infraestrutura, tanto no que tange à produção de agricultura, gado e etc, quando em questões relacionadas ao saneamento.

Aviltando as populações e diversos países, entavando sua produção, restringindo seu poder de compra, provocando a instabilidade política e a inquietação social, a fome tornou-se, sem nenhuma dúvida, o sabotador mais ativo da paz no mundo atual. Sua ação social negativa não se limita às regiões onde ela se vicia, mas seus efeitos vão bem mais longe e repercutem com intensidade sobre a economia e a vida política de todas as nações”. (FERNANDES e GONÇALVES, 2007, p.159)

A matemática, é simples, as populações que se encontram nessas regiões onde a fome é constante, ficam restritas tanto na participação da produção dos bens quanto na compra dos mesmos, formando aglomerados de “parasitas neurastênicos”.

Para contribuir ainda mais na reflexão acerca dos efeitos adversos da exposição à fome no organismo, traremos uma matéria realizada pela BBC em 13 de novembro de 2021<sup>9</sup> que explicita como a exposição à fome vivenciada no útero e na infância, prejudica o corpo por décadas.

A reportagem utiliza como pano de fundo os horrores ocorridos na Alemanha Nazista, no contexto da segunda Guerra Mundial. Durante o inverno rigoroso na Holanda, no ano de 1944, à época, ocupada parcialmente pela Alemanha nazista, um dos instrumentos utilizados pelas tropas alemãs, foi o bloqueio de alimentos para territórios holandeses, deixando cerca de 4,5 milhões de pessoas expostas à fome. Esse período é considerado por muitos pesquisadores como “um dos mais graves episódios de fome ocorridos durante a Segunda Guerra Mundial, que deixou 20 mil mortos e só terminou com a derrota da Alemanha, em maio de 1945, e a libertação da Holanda”.

Segundo a reportagem, estudos coletados indicam que os cidadãos que conseguiam se alimentar, ingeriam em média, cerca de 370 calorias por dia – sendo o recomendável, para um adulto comum, a ingestão de 2 mil calorias por dia para mulheres e 2,5 mil para homens. Em entrevista à BBC, um sobrevivente desse período de horror relatou que “as pessoas comiam os cachorros, os gatos e os ratos. Era simplesmente desesperador. Os padeiros não tinham trigo, então, faziam pães aguados, que grudam na boca.”



Foto reprodução: reportagem BBC, Hulton Archive/ Getty Images - Criança com fome durante o 'hongerwinter' (inverno da fome) holandês.

---

<sup>9</sup> A reportagem pode ser acessada neste link: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-59158631>>.

Como bem pontuado pela reportagem, a exposição à fome extrema foi vivenciada por um curto intervalo de tempo, que teve fim mediante o reabastecimento dos alimentos. Mas esse fato, embora outras populações já tivessem vivenciado a exposição à fome (como os próprios escravizados), fez com o que muitos pesquisadores começassem a estudar os impactos ocasionados pela falta de ingestão de nutrientes essenciais para o corpo humano, em especial de fetos e na primeira infância. Ainda segundo a reportagem, as pesquisas relacionadas ao “inverno da fome”, demonstram que as pessoas que estiveram expostas à fome extrema lidam com as consequências por muitos anos, inclusive, é possível que os seus descendentes também sofram consequências.

A pesquisadora Tessa Roseboom, professora de Desenvolvimento e Saúde na Primeira Infância da Universidade de Amsterdã, relata na entrevista à BBC, que ela e seus colegas coletaram em arquivos históricos e registros médicos detalhados, a respeito de mulheres que estavam grávidas durante o período de escassez na Holanda e, desde então, estão analisando a saúde física e mental dos filhos dessas mulheres, hoje idosos. Essas pessoas apresentam maior incidência de obesidade, de colesterol alto, de diabetes tipo 2 e de problemas cardiovasculares do que a população holandesa em geral, "riscos que contribuem para menos bem-estar físico e mental e mais risco de mortalidade nesse grupo", aponta a pesquisadora.

Um motivo provável é que essas pessoas tiveram seus corpos "programados" desde o útero para sobreviver com muita pouca comida. Ao longo do tempo, isso se converteu em um problema de saúde. Segundo a pesquisadora: "Encontramos diferenças claras em termos de estrutura e tamanho do corpo, e achamos que isso se deve à falta de 'blocos de montar' — ou seja, da má nutrição — de suas mães quando elas estavam construindo o corpo de seus bebês", explica Roseboom. Além disso, ela diz que exames de ressonância magnética feitos nessas pessoas indicam que seus cérebros são menores, o que pode explicar por que eles parecem ter um desempenho pior em tarefas cognitivas. E de modo geral, o cérebro dessas pessoas parece "envelhecer mais rápido", acrescenta a pesquisadora.

Esses dados e estudos são importantes para se pensar as consequências no próprio território brasileiro, ainda mais no contexto atual da crise sanitária e do elevado número de pessoas que estão expostas diariamente à fome. Não precisamos ir muito longe no espaço temporal e geográfico, atualmente é possível encontrar situações similares às encontradas no período do “inverno da fome”.





Menina Yanomami debilitada numa rede na comunidade Maimasi — Foto: Centro de Documentação Indígena/Divulgação G1

Em reportagem realizada em maio de 2021, o portal de notícias da Globo.com, G1<sup>10</sup> exibe imagem realizada por um missionário, na aldeia Maimasi, em Roraima, de uma criança yanomami com as costelas expostas pela desnutrição, diagnosticada com malária e verminose.

Inclusive, em entrevista à BBC, a pesquisadora Roseboom, faz um comparativo com o atual momento que estamos vivenciando, segundo ela: "Primeiro, o estresse da pandemia impacta crianças já no útero, e sabemos isso a partir de pandemias passadas. A gripe espanhola de 1918, por exemplo, deixou marcas duradouras nas crianças que ainda não haviam nascido. Sabemos que eles tiveram risco mais alto de doenças cardiovasculares e participação mais baixa no mercado de trabalho". Continua argumentando que:

quando se protege a infância e se garante que grávidas, bebês e crianças recebam nutrição saudável, produz-se um benefício para toda a sociedade, que contará com adultos mais produtivos e com menos problemas de saúde. É impressionante ver como os cérebros (de pessoas gestadas sob a fome) são menores, fazem menos conexões, têm profusão cerebral mais pobre para tarefas cognitivas. A escassez de comida não afeta só a saúde física futura, mas como essas crianças vão se sair na escola, como conseguirão contribuir para o mercado de trabalho." E vai além: "Nesse sentido, há um importante efeito econômico a ser considerado. Se as crianças tiverem a pobreza incrustada em seus cérebros, quase literalmente, jamais conseguirão contribuir com seu (potencial) máximo. É um problema que a sociedade inteira vai enfrentar se uma geração ficar desprotegida. O legado é mais longo, com um preço mais alto a ser pago.

Ainda segundo a reportagem: "riscos maiores de sobrepeso, colesterol alto e esquizofrenia também foram identificados por esses pesquisadores, e uma teoria por trás disso é que a privação de nutrientes pode ter "silenciado" alguns genes que participam do processo de queima de gordura no corpo."

Trazendo para a realidade brasileira, havia, em 2019, a reportagem traz um levantamento da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, segundo dados coletados, ao menos 9,1 milhões de crianças de até 14 anos em situação domiciliar de extrema pobreza, o que provavelmente significa que estavam sob insegurança alimentar (expostas a fome) — um problema que se agravou com a pandemia, o desemprego e a inflação.

Segundo a reportagem da BBC, um relatório da Associação de Psicologia dos EUA aponta que a insuficiência de comida está associada, em crianças, a mais dores de estômago e de cabeça e a mais resfriados.

E a fome severa antecipa doenças crônicas entre crianças em idade pré-escolar e escolar", diz o texto. Além disso, viver sob a insegurança alimentar (exposição

---

<sup>10</sup> A reportagem pode ser acessada em: <[Missionário divulga foto de criança Yanomami debilitada em rede para expor falta de assistência a indígenas: 'Aldeias abandonadas' | Roraima | G1 \(globo.com\)](#)>

constante à fome) pode causar estresse tóxico, que por sua vez "afeta o desenvolvimento cerebral, o aprendizado, o processamento de informações e os resultados acadêmicos das crianças". Ainda assim, é nos bebês no útero que os malefícios são piores, diz a pesquisadora holandesa: "É (durante a gravidez) que todos os órgãos estão sendo formados. Se eles forem construídos com blocos menores e mais pobres, não surpreende que haja consequências de longo prazo para a resistência aos estresses da vida cotidiana. O coração terá menos células musculares, os rins terão menos unidades de filtração, o cérebro terá menos neurônios. (...) À medida que a idade avança, você fica mais suscetível a problemas. Claro que se pode consertar um pouco disso — um bebê desnutrido pode receber muita comida saudável, atividades e estímulos e minimizar os efeitos, mas reverter completamente não é possível, porque você não consegue construir seu coração do zero outra vez.

Antes de finalizar o presente tópico, se faz necessário voltar aos estudos de Ribeiro Júnior (2008) a fim de discorrer como através da alimentação, é possível compreender a relação do homem com a natureza e também com a sociedade. É importante abranger que a questão da alimentação se expressa de diferentes maneiras através da cultura, da religião, de determinadas técnicas, ultrapassando a necessidade biológica.

Segundo o autor, a alimentação é um fenômeno que se constitui simultaneamente como natural, na medida em que está associado a uma necessidade primária (a fome), sendo imprescindível para a manutenção da vida, e é também um fator social na medida em que a maneira de se alimentar, varia conforme sociabilidade, estando diretamente associada à cultura, religião, divisão social e técnica do trabalho e etc. Dessa maneira, “é possível afirmar que a alimentação é um fenômeno rico em significados e, que neste sentido, ela é um dos elementos de nosso incessante processo de humanização”. (RIBEIRO JÚNIOR, 2008, p. 14).

Nesse sentido, é possível compreender que a relação do homem com os alimentos, está para além de simplesmente nutrir o corpo para obter energia e conseguir realizar atividades. O processo de humanização do homem, compreendido pelo autor como algo contínuo, está diretamente associado à alimentação. Para exemplificar, Ribeiro Junior (2008) traz em sua tese, elementos relacionados à pré-história, onde segundo ele, já era possível observar que o homem escolhia os alimentos para além de necessidades biológicas, ele cita Catherine Perlés, que diz: “a alimentação pré-histórica não responde exclusivamente as necessidades nutricionais. Já nesse momento, suas escolhas estavam relacionadas às preferências culturais – gostos transmitidos de geração a geração” (Apud PERLES, 1998, p. 51).

O autor segue realizando um resgate histórico de outras obras, a fim de explicitar como a alimentação está historicamente associada à humanização do ser. Ribeiro Júnior (2008) cita Massimo Montanari, para exemplificar como na relação entre os gregos e romanos, a alimentação funcionava como um instrumento de diferenciação entre “homens civilizados, feras e bárbaros”.

[...] o primeiro elemento que distingue o homem civilizado das feras e dos bárbaros (que estão eles próprios ainda próximos do estado animal), é a comensalidade: o homem civilizado não come somente (e menos) por fome, para satisfazer uma necessidade elementar do corpo, mas, também (e sobretudo) para transformar essa ocasião em um momento de sociabilidade, em um ato carregado de forte conteúdo social e de grande poder de comunicação: “Nós nos sentamos na mesa para comer – lemos em Plutarco – mas para comer junto”. [...] Como quer que seja, a comensalidade é percebida como um elemento “fundador” da civilização humana em seu progresso de criação”. (Apud MONTANARI, 1998, p. 188)

Sendo assim, a alimentação se constitui como um elemento que extrapola a funcionalidade do corpo humano, é também uma necessidade social que diferencia o homem dos animais. A alimentação constitui ao mesmo tempo, sobrevivência (associada à necessidade biológica) e vida (associadas aos elementos do ser social), está para além da sobrevivência, embora tenha sua “função primeira” associada a este fato, socialmente, foi ganhando significados e produzindo sentido abstrato e subjetivo para o homem.

Ribeiro Júnior (2008), para reforçar tal questão, cita Luís da Câmara Cascudo, a seguir: “A arte de comer, cerimonial festivo e íntimo, é um patrimônio que orgulha o homem, distinguindo-o do gorila, do orangotango e do chimpanzé, senhores de uma norma nutricionista bem superior à dos humanos. Comer é um ato orgânico, que a inteligência tornou social”. (Apud CASCUDO, 2004, p. 37)

Inclusive, em dados contextos históricos e culturais, a alimentação está associada a valores, funciona como uma maneira de distinção social. Ribeiro Junior (2008), volta a citar Massimo Montanari para exemplificar, a partir da chamada “hierarquia do pão”. “[...] a hierarquia do pão perpassa a hierarquia social: há um pão branco reservado aos mais ricos; um pão claro (mas não branco), destinada às camadas intermediárias; e um pão escuro destinado aos mais desafortunados” (Apud MONTANARIA, 2003, p. 137).

A cor dos pães mudava de acordo com os ingredientes que eram utilizados em seu preparo, para que ficassem brancos, era utilizado trigo, e os mais escuros eram produzidos a partir da mistura de cereais mais baratos, com o centeio, a aveia e etc.

Podemos extrapolar um pouco a reflexão e trazer para o cotidiano do ano de 2021, contexto da pandemia ocasionada pelo novo agente do coronavírus, onde há uma alta dos preços dos alimentos que tem refletido no consumo de inúmeras famílias brasileiras, reduzindo de maneira significativa o acesso a proteínas, principalmente advindas da carne bovina. De

alguma maneira, a alimentação está, até os dias de hoje, sendo um marcador social importante. Quem pode comer o que?<sup>11</sup>

### **1.3.1 Nutricídio: é possível morrer de fome comendo todos os dias**

Pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, em seus regimes habituais, grupos inteiros de populações acabam morrendo lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias. Segundo Castro (1946), não é apenas a falta de acesso aos alimentos que ocasiona a fome, mas também a falta de ingestão de determinados alimentos que possuem em sua composição nutricional, elementos essenciais para manutenção do corpo humano, para que o mesmo funcione adequadamente. Esse tipo de fome, é descrita pelo autor como “fome oculta”.

Neste tópico iremos utilizar também como referência o autor norte-americano Llaila Afrika, médico e autor do livro “Nutricide: The Nutritional Destruction of the Black Race”. A palavra nutricídio desenvolvida por ele, possui como sinônimo “genocídio alimentar”, segundo o autor, a população negra (e sua obra traz a questão racial como central), estaria sofrendo um outro tipo de genocídio desde as colonizações, realizado diariamente de maneira massiva, através da alimentação. O autor busca em sua obra, realizar um resgate histórico da história dos povos africanos demonstrando como o sistema alimentar tem contribuído de maneira significativa na produção da morte da população negra em diferentes países, através do que ele chama de “sistema alimentar branco”. Seus estudos trazem que a população negra, é submetida através da alimentação a diversos malefícios físicos, mentais e espirituais, ocasionando o que ele chama de “destruição nutricional da raça negra”.

Llaila Afrika elege o açúcar, a farinha branca e o sal refinado como os alimentos mais nocivos à saúde no contexto atual em que vivemos. Além disso, classifica os embutidos, laticínios, refrigerantes, sucos de caixinha e alimentos gordurosos no geral, como extremamente prejudiciais à saúde. Essa maneira de se alimentar está diretamente associada à produção baseada no uso de agrotóxicos, transgênicos (alimentos geneticamente modificados) e alimentos ultraprocessados, processos que trazem danos nocivos à saúde.

Em uma matéria publicada no site da ABESO<sup>12</sup> (Associação Brasileira para estudo da obesidade e síndrome metabólica), a nutricionista Renata Bressan, que compõe o departamento de Nutrição da Instituição, diz que:

Os alimentos processados são produzidos basicamente adicionando sal, açúcar, óleo ou vinagre aos alimentos in natura ou minimamente processados. Cozimento,

---

<sup>11</sup> Falaremos um pouco mais sobre essa questão no capítulo 3.

<sup>12</sup>Disponível em: [Alimentos processados e ultraprocessados - Abeso](#)



secagem, fermentação, defumação, entre outros, integram as técnicas de processamento. Entre os exemplos de alimentos processados, temos conservas de alimentos em salmoura, frutas preservadas em açúcar, carnes salgadas ou defumadas, queijos e pães. Um dos objetivos do processamento é o aumento do prazo de validade dos alimentos. Alimentos ultraprocessados são produzidos com a adição de muitos ingredientes como sal, açúcar, óleos, gorduras, proteínas de soja, do leite, extratos de carne, além de substâncias sintetizadas em laboratório a partir de alimentos e de outras fontes orgânicas como petróleo e carvão. Assim, tais alimentos têm prazo de validade maior, alteração de cor, sabor, aroma e textura. São exemplos de ultraprocessados: biscoitos recheados, salgadinhos “de pacote”, refrigerantes e macarrão “instantâneo”.

Segundo dados do SUS colhidos pela Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel 2019)<sup>13</sup>, menos de 1/3 da população ingere frutas e hortaliças na proporção recomendada diariamente pela OMS, cerca de 27% corresponde a população branca e 20% da população negra. Ainda segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE), a insegurança alimentar atinge mais a população negra, nordestina e rural. Esse levantamento demonstra que um em cada três domicílios com pessoas negras referenciadas (aproximadamente 29,8%) estava em estado de insegurança alimentar, já as residências constituídas por pessoas brancas, consistia em cerca de 14,4%.

Mais alguns dados, como a Pesquisa de Orçamentos Familiares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstra que entre os anos de 2017 e 2018 as residências que apresentavam alto índice de Insegurança Alimentar eram constituídas em sua maioria por pela população parda, estatisticamente corresponde à mais de 50%, cerca de 15,8% de domicílios com insegurança alimentar grave, possuíam como referência pessoas pretas.

Continuando com a reflexão a respeito do nutricídio, é importante lembrar que seu surgimento está diretamente associado ao contexto capitalista de produção e distribuição dos alimentos, baseado em alimentos ultraprocessados, uso de agrotóxicos, produção de alimentos transgênicos (geneticamente modificados), além de originar os chamados “desertos alimentares”.

Importante ressaltar, que o nutricídio, como bem pontua Llaila Afrika, contribui para o apagamento de culturas dos povos originários, dos povos negros, destituindo a autonomia dos seres e contribuindo com o adoecimento da mente e do corpo, criando um ciclo vicioso de dependência da Indústria Farmacêutica. Segundo Llaila Afrika, só será possível combater esse problema quando “retirar o homem branco (ao que ele se refere como junk food corporations), do estômago”. Sendo realizado um resgate da cultura dos povos que vem constantemente

---

<sup>13</sup> Disponível em:

[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel\\_brasil\\_2019\\_vigilancia\\_fatores\\_risco.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_brasil_2019_vigilancia_fatores_risco.pdf).

sofrendo apagamento. A alimentação dos povos originários, por exemplo, é constituída principalmente de vegetais, alimentos naturais, sendo passadas de geração a geração a partir de conhecimentos ancestrais.

Para enriquecer ainda mais a compreensão a respeito do nutricídio, utilizaremos como referência os estudos já citados anteriormente de Ribeiro Júnior (2008), que traz um debate da alimentação como elemento central (e privilegiado) da vida cotidiana, o autor utiliza uma citação de Lefebvre (1991) que diz:

A vida cotidiana é, por excelência, o lugar da realização da vida com todas as suas contradições e conflitos. É nela que se realizam simultaneamente, processos de exploração, expropriação, alienação, assim como, de apropriação do tempo e do espaço, do uso, de superação da dominação. É nela que “[...] se formulam os problemas concretos da produção em sentido amplo: a maneira como é produzida a existência social dos seres humanos [...]” (Apud LEFEBVRE, 1991, p.30).

Dessa maneira, Ribeiro Junior (2008) traz que a alimentação possui uma estreita relação com todos os outros elementos da vida cotidiana, habitação/moradia, mobilidade urbana, trabalho, lazer, todos se constituem a partir de uma totalidade, calcada em uma visão materialista da realidade, não há como compreendê-los de maneira isolada.

No século XX, a reflexão materialista avançou ao entender que não é mais possível explicar a reprodução de nossa sociedade, que impõe uma reprodução das relações sociais de produção, exclusivamente através das relações de trabalho. Isso significa que a reprodução do capital (que determina a maneira como a sociedade se reproduz), não se explica somente dentro da fábrica. Toda a sociedade se torna um lugar de reprodução: o capital se apropria das “formas de vestuário, de alimentação, de mobiliário e de alojamento” (Apud LEFEBVRE, 1973, p.93).

Nesse contexto, a alimentação é mais um elemento apropriado pelo capital, já que “não pode ser explicada fora da vida cotidiana, e o entendimento da vida cotidiana não pode prescindir da alimentação” (RIBEIRO JUNIOR, 2008). Nesse sentido, a alimentação é reveladora do contexto histórico, político, econômico, social e racial que os sujeitos estão inseridos. Através dela, é possível compreender, por exemplo, como o capitalismo vai se apropriando do tempo em todas as instâncias da vida, através dos “fast-foods”, dos self service, dos cafés apressados no centro da cidade, do horário de almoço que muitas vezes é substituído por lanches, do almoço feito enquanto dirige para uma reunião. A rapidez que envolve o preparo e consumo dos alimentos, revela a rapidez pela qual os sujeitos estão inseridos na vida moderna das grandes cidades.

Expressa na vida cotidiana dos sujeitos, a alimentação diz muito sobre o lugar que estamos postos na sociedade, assim como a hierarquia do pão demonstrada neste trabalho no

tópico 1.3. Até os dias atuais, o que se come, como se come, onde se come, é um marcador econômico, político, social e racial.

A fim de contribuir ainda mais com a reflexão, gostaria de compartilhar uma situação emblemática vivenciada no estágio que foi uma das situações que me fez começar a refletir sobre a fome, a seguir:

S. frequentadora do Espaço Normal, que estava na época em situação de rua, em um certo dia, fui acompanhar a mesma (junto a um outro profissional) até a Fiocruz. Enquanto caminhávamos, passamos por uma peixaria e em frente havia um Siri no chão. S. apanha o Siri e começa a comer. O animal, morto, possivelmente, sujo de terra. Ela então começa a compartilhar conosco que não pode comer sempre, come geralmente no Espaço Normal e depois tem que ficar “catando” qualquer coisa que seja, qualquer coisa que apareça. S. é uma mulher trans, preta e em situação de rua e expõe o grau de miséria e desumanização gerados pelo capitalismo em países desiguais como o Brasil. Temos a vida cotidiana de S. revelada através desse ato, através das possibilidades de alimentação diária pela qual ela está exposta.

Segundo Apud Robert Kurz (1998), “há um padrão bem simples para poder avaliar a verdadeira qualidade de uma época: o panorama da alimentação. Comidas e bebidas dão a exata medida do cotidiano das pessoas. Nesse assunto, uma cultura revela a sua capacidade mais elementar de satisfazer suas necessidades.”

Essa deterioração constante da alimentação, possui o cerne associado ao processo de industrialização, calcadas principalmente visando “soluções radicais para os problemas de abastecimento das populações europeias” (Apud PEDROCCO, 1998, p. 763), que estavam sendo ocasionados pela rápida urbanização e concentração industrial (RIBEIRO JUNIOR, 2008, p. 25).

Nesse processo, os alimentos passam a ser incorporados no âmbito da indústria, dando início aos alimentos em conserva, alimentos pasteurizados. Além do desenvolvimento de maquinários como o frigorífico que contribuem para a manutenção de alimentos como as carnes e os laticínios, possibilitando uma maior durabilidade e estoque desses alimentos. “O que esse processo de industrialização coloca é a substituição de uma maneira descentralizada de produzir, para um sistema altamente estruturado e concentrado baseado na grande produtividade obtida através da produção em larga escala e com uso da tecnologia”. (RIBEIRO JÚNIOR, 2008, p. 26).

Embora esse processo tenha contribuído com algumas melhorias relacionadas à produtividade e possibilidade de maior conservação de alimentos perecíveis, também trouxe mazelas, principalmente relacionadas ao empobrecimento da alimentação em relação aos



nutrientes, nesse contexto, funcionalidade e praticidade superam sabor e nutrição. Aos poucos, a alimentação vai sendo imposta baseada principalmente nas grandes empresas alimentícias, principalmente as de fast food, que tinham como parâmetro do preparo dos alimentos, as linhas de montagem das fábricas.

[...] esses avanços, sobretudo, visavam garantir a reprodução do capital em um sentido estrito (a reprodução do capital investido na indústria alimentar) e em um sentido mais amplo (pois é imprescindível para o capital que a força de trabalho se reproduza e ela não o faz sem alimentos). (RIBEIRO JUNIOR, 2008, p.26).

Nesse contexto, se originam os chamados “desertos alimentares”<sup>14</sup>, que podem resumidamente ser descritos como locais onde a população tem pouco ou nenhum acesso a alimentos naturais (inclusive livres de agrotóxicos), o acesso a alimentos ultra processados é, geralmente, a única alternativa. Em território brasileiro, o surgimento desses “desertos alimentares”, é bastante complexo (e não se pretende esgotar o debate nesse parágrafo), é multifatorial, está relacionado principalmente às mudanças no abastecimento, produção, transporte e comercialização dos alimentos e também às mudanças que vêm ocorrendo na cultura alimentar, permeadas pelo ritmo acelerado da vida cotidiana, abarcando o surgimento da “indústria do saudável” - produção exacerbada de alimentos enganosamente tidos como saudáveis

Dessa maneira, o Deserto Alimentar vem associado ao estudo de Segurança Alimentar e Nutricional, que constitui no “direito de cada pessoa ter acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada e saudável ou aos meios para obter essa alimentação, sem comprometer os recursos para assegurar outros direitos fundamentais, como saúde e educação. (BRASIL, 2014).

Dadas condições materiais da realidade extremamente vulnerável, esses locais são em sua maioria, as periferias e favelas do Brasil<sup>15</sup>. Nesses desertos alimentares, é onde se encontram altos índices de doenças relacionadas à má alimentação, má nutrição, principalmente de doenças crônicas como a hipertensão e a diabetes.

---

<sup>14</sup> Saiba mais sobre os desertos alimentares clicando aqui: <[<sup>15</sup> Saiba mais em: <\[Mapeamento de desertos.indd \\(mds.gov.br\\)\]\(https://www.mds.gov.br/mapeamento-de-desertos\)>](https://www.unifesp.br/edicao-atual-entreteses/item/3521-deserto-alimentar-faz-soar-alarme-no-brasil#:~:text=No%20Brasil%2C%20o%20surgimento%20dos,um%20suposto%20cen%C3%A1rio%20de%20escassez.></a>></p></div><div data-bbox=)

## **2 - AS POLÍTICAS, PROGRAMAS E LEGISLAÇÕES DIRECIONADAS A QUESTÃO ALIMENTAR A PARTIR DO SÉCULO XX.**

O presente capítulo buscou reunir alguns processos históricos que constituem a construção de Políticas, Programas e Legislações direcionadas à questão da fome e alimentação a partir do século XX, a fim de explicitar, ainda que limitado a um espaço temporal (1930 a 2002), algumas medidas desenvolvidas em território brasileiro para enfrentar esse fenômeno tão complexo. Inclusive, trazendo breves informações sobre a recente substituição do Bolsa Família pelo Auxílio Brasil.

Ao final da leitura deste capítulo, será possível compreender como as ações desenvolvidas pelos diferentes governos, em diferentes décadas, correspondem aos interesses relacionados a determinado contexto político, econômico e social. Suscitar questões que envolvam o desenvolvimento de Políticas Públicas que minimizem os impactos da escravidão que permeia até os dias atuais na vida de sujeitos pretos e pardos, refletindo a partir do trabalho do Serviço Social nesse cenário. Também será possível conhecer um pouco mais a respeito do trabalho desenvolvido pelo Espaço Normal.

### **2.1 De 1930 a 2002: história dos programas de combate à fome**

Para construção desse tópico, foi utilizado como referência um estudo a respeito da história dos programas de combate à fome existentes no país, no período de 1930 a 2003, na obra de Vasconcelos (2005). após isso, outras fontes darão aporte para as políticas mais recentes. O autor opta pelo o que chama de “corte transversal”, “correspondentes a contextos específicos da trajetória da política social de alimentação e nutrição no Brasil: 1930-1963; 1964-1984; 1985-2003”.

Importante ressaltar que a análise realizada no artigo aqui referenciado indica mudanças importantes no combate à fome que vão dialogando com os processos históricos, políticos, econômicos e sociais que estavam ocorrendo, demonstrando a transição que ocorre “do planejamento autoritário ao participativo; da centralização à descentralização administrativa; da universalização à focalização de benefícios; do controle estatal ao social; da distribuição de alimentos à transferência de renda em dinheiro; do financiamento público à parceria entre público e privado, entre sociedade civil e Estado”.

Muitos estudiosos associam a questão da fome no Brasil ao período colonial, todavia, a partir de análises de Josué de Castro, trabalhos como o do farmacêutico Rodolfo Marcos (publicados entre 1880 e 1890), demonstram que muitas populações, principalmente situadas no sertão nordestino, já sofriam com a exposição à fome devido questões relacionadas ao cataclismo meteorológico, como as secas. Segundo Vasconcelos (2005), desde o início do período colonial é possível localizar ações de combate à fome promovidas pelo Estado, mas no que tange às políticas sociais de alimentação e nutrição enquanto instrumentos, podem ser observadas a partir da Ditadura Vargas (1937 – 1945). Segundo Vasconcelos (2005); “a emergência da política de alimentação e nutrição, um setor específico das políticas sociais do Estado capitalista brasileiro, ocorreu, portanto, ao longo do processo de transição do Estado liberal-oligárquico para o Estado intervencionista-burguês”.

Como citado anteriormente, o autor faz sua análise a partir de três cortes temporais, a saber: 1930-1963; 1964-1984 e 1985-2003. Segundo ele, “o primeiro corte corresponde ao período de emergência dos primeiros instrumentos dessa modalidade de política social, delineados sob a influência de Josué de Castro e seus pares”. O segundo corresponde às tentativas de incorporação de técnicas de planejamento nutricional ao planejamento econômico, conduzidas sob a direção do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN)<sup>16</sup>, no bojo da tecnoburocracia da Ditadura Militar. O terceiro corresponde aos últimos dezenove anos de tentativas de democratização e modernização da sociedade brasileira e de buscas de alternativas para superação dos seus graves dilemas sociais. Em cada um desses cortes, procura-se identificar e descrever os instrumentos de política social de alimentação e nutrição e apontar as suas principais categorias discursivas e operacionais”. (VASCONCELOS, 2005).

No período que corresponde aos anos 1937-1945, eram muitas as transformações que acometiam o território brasileiro, em todos os âmbitos, político, econômico e social, nesse momento, a fome era “descoberta” a partir de um teor científico, processo que culmina com o surgimento da nutrição enquanto ciência e prática profissional (VASCONCELOS, 2005). Além dos cursos voltados para a área, nesse período é instituída a política social de alimentação e nutrição (PNAN)<sup>17</sup>.

Esse período corresponde ao contexto histórico em que a classe trabalhadora estava sob condições de vida extremamente precarizadas, associadas ao desenvolvimento industrial e

---

<sup>16</sup> [L5829 \(planalto.gov.br\)](http://l5829.planalto.gov.br)

<sup>17</sup> [Portal da Secretaria de Atenção Primária a Saúde \(saude.gov.br\)](http://Portal da Secretaria de Atenção Primária a Saúde (saude.gov.br))

urbano. Momento em que Josué de Castro realiza o estudo com famílias operárias de Recife, apontando as problemáticas acerca da alimentação, bem como seu impacto na vida dos sujeitos. Josué de Castro, “observou que o consumo alimentar, à base de açúcar, café, charque, farinha, feijão e pão, fornecia apenas cerca de 1.645 calorias; custava cerca de 71,6% do valor do salário; era pobre em vitaminas e sais minerais e gerava alta mortalidade e baixa esperança de vida<sup>13</sup>. Os resultados desse estudo tiveram ampla divulgação nacional, provocando a realização de estudos similares, inclusive daquele que serviu de base para a regulamentação da lei do salário mínimo”. (VASCONCELOS, 2005).

Caminhando para o contexto do Estado Novo (1937-1945), onde há a instituição do salário mínimo, a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS)<sup>18</sup> e da Comissão Nacional de Alimentação<sup>19</sup> (CNA), entre outros, é possível observar a emergência da política social de alimentação e nutrição, em um movimento do Estado de garantir sua legitimidade e hegemonia. (VASCONCELOS, 2005).

Segundo Vasconcelos (2005), “por meio do Decreto-Lei nº 2.162<sup>20</sup>, de 1º de maio de 1940, foi instituído o salário mínimo no Brasil, anunciado à Nação em discurso realizado pelo presidente Vargas:

[...] Assinamos hoje, um ato de incalculável alcance social, a lei que fixa o salário mínimo para todo o país. Trata-se de antiga aspiração popular, promessa do movimento revolucionário de 1930, agora transformada em realidade depois de longos e apurados estudos. Procuraremos por esse meio assegurar ao trabalhador remuneração equitativa, capaz de garantir-lhe o indispensável para o seu sustento e da própria família, estabelecendo um padrão mínimo de vida para a grande maioria da população, aumentando no decorrer do tempo os índices de saúde e de produtividade que auxiliarão a solução de importantes problemas que retardam a marcha do nosso progresso (Vargas, discurso de 1º de maio de 1940, *apud* Castro, p.118).

Importante frisar que nesse contexto, surge o Decreto-Lei nº 399<sup>21</sup>, de 30 de abril de 1938, que consiste na chamada “ração essencial mínima”, que em sua composição continha em termos quantitativos e qualitativos todos os nutrientes que atenderiam as demandas de um trabalhador adulto. Segundo consta, essa ração era composta por treze itens básicos considerados indispensáveis à alimentação diária do trabalhador, sendo eles: feijão, arroz, farinha, pão, carne, leite, açúcar, banana, óleo, margarina, tomate, café e batata. Um ponto

---

<sup>18</sup> [Del0224 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br)

<sup>19</sup> [DEL7328 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br)

<sup>20</sup> [Del2162 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br)

<sup>21</sup> [Del0399 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br)

importante retratado no artigo de Vasconcelos (2005), é a crítica a respeito de como essas políticas não se concretizam na prática, segundo o autor:

(...)o valor do salário mínimo não tem sido suficiente nem para satisfazer as necessidades mínimas e individuais do trabalhador, uma vez que os seus reajustes foram fixados muito abaixo do custo de reprodução da força de trabalho. Sendo assim, para adquirir a ração essencial mínima o trabalhador precisaria elevar significativamente o tempo de trabalho necessário.” (VASCONCELOS, 2005, p. 17).

Nesse contexto, no ano de 1940, é instituído através do decreto -Lei nº 2.478<sup>22</sup>, o SAPS (Serviço de Alimentação da Previdência Social), cujo objetivo consistia em "assegurar condições favoráveis e higiênicas à alimentação dos segurados dos Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões subordinados ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio" (Apud p.195). Vasconcelos (2005) nos traz em seu artigo, que durante a vigência do decreto (entre os anos de 1940 até 1967), foi um importante braço para promover inúmeros instrumentos na área da assistência nutricional, um dos mais emblemáticos consiste nos restaurantes populares, no Estado do Rio de Janeiro e São Paulo, principalmente. A fim de que os trabalhadores urbanos tivessem acesso a uma alimentação diária por um preço que “coubesse no bolso”. No que tange ao contexto do abastecimento alimentar, foram promovidas ações a partir da “criação de postos de subsistência destinados à comercialização de gêneros de primeira necessidade a preço de custo”. (VASCONCELOS, 2005)

Além disso, o autor pontua outros acontecimentos, como atividades relacionadas a educação nutricional, “tendo como objetivos a formação de hábitos alimentares saudáveis e a melhoria do estado nutricional da população; a criação de cursos de treinamento e formação de recursos humanos e a realização de estudos e pesquisas nesse campo” (VASCONCELOS, 2005). Através do Decreto-Lei nº 7.328,<sup>23</sup> instituído em fevereiro de 1945, é estabelecida a CNA (Comissão Nacional de Alimentação)<sup>24</sup>, que inicialmente estava associada ao Conselho Federal de Comércio Exterior, posteriormente sendo transferida (em 1949) para o Ministério da Educação e Saúde. Em 1951 foi regulamentada como órgão responsável por assistir o governo na formulação da Política Nacional de Alimentação. (VASCONCELOS, 2005). Possuía como objetivos: estudar as normas da política nacional de alimentação, estimular pesquisas na área e possibilitar correções relacionadas à dieta dos brasileiros, também eram realizadas campanhas educativas.

---

<sup>22</sup> [Base Legislação da Presidência da República - Decreto nº 2.478 de 10 de março de 1938 \(presidencia.gov.br\)](http://presidencia.gov.br)

<sup>23</sup> [Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://camara.leg.br)

<sup>24</sup> [DEL7328 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br)

No ano de 1953, é divulgado o primeiro Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, sendo considerado, segundo o autor, “um embrião do planejamento nutricional brasileiro e suas ações se voltavam, prioritariamente, à assistência alimentar e nutricional do grupo materno infantil e, em segundo plano, aos escolares e trabalhadores”. (VASCONCELOS, 2005). Posteriormente temos o “chamado Plano SALTE<sup>25</sup> (saúde, alimentação, transporte e energia) de Gaspar Dutra (1946-1950), o populismo de Getúlio Vargas (1951-1954), o desenvolvimento a partir do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (1955-1960) e as reformas de base de João Goulart (1961 - março de 1964)” (VASCONCELOS, 2005). Importante contextualizar que em 1954 também é desenvolvido o embrião do que seria o Programa Nacional de Alimentação Escolar<sup>26</sup> (PNAE) além do início dos programas de assistência nutricional às gestantes, nutrizes e crianças menores de cinco anos de idade desenvolvidos pela CNA. Segundo Vasconcelos (2005), “esses programas estiveram intimamente articulados às organizações internacionais e aos programas internacionais de ajuda alimentar criados no pós-Segunda Guerra Mundial, tais como a Food and Agriculture Organization (FAO), o *United Nations International Children Emergency Fund* (UNICEF), o Programa de Alimentos para a Paz, da *Agency for International Development* (USAID) dos Estados Unidos da América e o Programa Mundial de Alimentos (PMA)”.

Já entre os anos 1946-1963, institui-se a criação das primeiras organizações não governamentais (ONG) como a Associação Mundial de Luta Contra a Fome (ASCOFAM). Tendo muita influência do clássico Geografia da Fome, de Josué de Castro. Inclusive, é importante salientar que esse período corresponde ao processo em que a população era diagnosticada com a DEP (desnutrição energético proteica), além de carências nutricionais relacionadas a vitamina A, de ferro e iodo, processo que culmina com a urbanização acelerada e industrialização no Brasil (VASCONCELOS, 2005). O que fez com que muitos governos, inclusive o populista de Vargas, se apropriem da pauta alimentar e nutricional.

### **Contexto do milagre brasileiro (1964 a 1984)**

Pós contexto de recessão econômica, vivenciada pelo país entre os anos de 1962 a 1967, a partir de 1968 até 1974 o Brasil vai aos poucos retomando o crescimento econômico, conhecido nos livros de história como “milagre brasileiro”, caracterizado por um crescimento que supera os 11% anuais (VASCONCELOS, 2005). Mas logo em 1974, há um esgotamento

---

<sup>25</sup> [PLANO SALTE | CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil \(fgv.br\)](#)

<sup>26</sup> [PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](#)

no padrão de acumulação, resultando em inúmeras questões econômicas, políticas e sociais, à época, a queda do produto interno bruto (PIB) evidenciava essas questões. De maneira resumida, é possível observar a partir desse momento uma “degradação das condições de vida das massas trabalhadoras excluídas do processo de crescimento econômico que foi atestada por vários estudos”. (VASCONCELOS, 2005).

Segundo o que o autor traz em seu artigo, em 1974/1975, o Estudo Nacional de Despesas Familiares (ENDEF)<sup>27</sup> atesta que 67,0% da população apresentava um consumo energético inferior às necessidades nutricionais mínimas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Como consequência, 46,1% dos menores de cinco anos, 24,3% dos adultos e idosos brasileiros do sexo masculino e 26,4% do feminino apresentavam desnutrição energético-proteica.” (VASCONCELOS, 2005). Importante contextualizar que a nível mundial, se encontra o colapso do capitalismo, resultando em inúmeras medidas por parte de órgãos como a OMS, a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) e a UNICEF, em um momento em que a fome era exacerbada em todo o globo, associada à crise mundial de alimentos (VASCONCELOS, 2005).

No Brasil, surgem os I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), incorporando ao planejamento econômico instrumentos de políticas sociais. Dentro desse contexto, por meio da Lei nº 5.829, de 30/11/72, foi criado o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição. Sob a tutela do INAN, em março de 1973 foi instituído o I Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (I PRONAN), cujas diretrizes pautavam-se no I PND. Em fevereiro de 1976 foi instituído o II PRONAN, que deveria ter duração coincidente com o II PND (1975-1979), mas em função da não aprovação do III PRONAN foi prorrogada sua execução até 1984” (VASCONCELOS, 200, p. 21).

Segundo o autor, nesse período: “o INAN pautou-se no desenvolvimento de três linhas de atuação: 1) Suplementação alimentar a gestantes, nutrizes e crianças de zero a seis anos; a escolares de sete a catorze anos e a trabalhadores de mais baixa renda; 2) Racionalização do sistema de produção e comercialização de alimentos, com ênfase no pequeno produtor; e 3) Atividades de complementação e apoio. A linha de suplementação alimentar foi constituída pelo desenvolvimento dos seguintes programas:<sup>28</sup> 1) Programa de Nutrição em Saúde (PNS), desenvolvido pelo Ministério da Saúde por intermédio das Secretarias Estaduais de Saúde; 2) Programa de Complementação Alimentar (PCA), desenvolvido pelo Ministério da Previdência e Assistência Social por intermédio da Legião Brasileira de Assistência (LBA); 3) Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), desenvolvido pelo Ministério da Educação e

<sup>27</sup> [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv9885\\_4.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv9885_4.pdf)

<sup>28</sup> Podem ser acessados em: < <https://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/folder/10006000058.pdf>>

Cultura por intermédio da Campanha Nacional de Alimentação Escolar e 4) Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), desenvolvido pelo Ministério do Trabalho por intermédio do Departamento Nacional de Saúde e Segurança do Trabalhador” (VASCONCELOS, 2005).

No que tange a produção e comercialização de alimentos, temos o Programa de Abastecimento de Alimentos Básicos em Áreas de Baixa Renda (PROAB), coordenado pelo INAN e executado pela Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) e Secretarias Estaduais de Saúde e Agricultura. No presente corte temporal, é possível identificar o caráter ideológico do desenvolvimento das políticas, os programas eram marcados pelo assistencialismo, paternalismo e clientelismo político-eleitoral. (VASCONCELOS, 2005). O autor ressalta que é importante analisar para além desses fatos, nesse sentido, no que tange ao crescimento econômico: “é preciso enfatizar a contribuição desses programas ao processo de redistribuição indireta de renda, bem como ao estímulo à ampliação e/ou garantia de mercado institucional no campo da alimentação e nutrição. Ressalta-se, por exemplo, o nítido crescimento que as indústrias de alimentos envolvidas com o mercado das políticas públicas do setor obtiveram nesses anos” (VASCONCELOS, 2005).

Também houve nesse período, uma significativa melhora no que concerne ao estado nutricional dos brasileiros, segundo o artigo: “estudos apontam que nesse intervalo de quinze anos, a prevalência de desnutrição entre crianças de um a quatro anos de idade foi reduzida de 19,8% para 7,6%, enquanto a prevalência de obesidade nessa faixa etária manteve-se inalterada (4,6%). De forma semelhante, nesse mesmo período, a prevalência de adultos desnutridos foi reduzida de 8,6% para 4,2%, enquanto a prevalência de obesidade nesse grupo etário passou de 5,7% para 9,6%. Se faz de suma importância ressaltar o papel do II PRONAN<sup>29</sup>, pois é a partir dele que segundo Vasconcelos (2005):” a questão nutricional voltou a assumir um lugar de destaque na agenda pública, constituindo um dos principais instrumentos da política social conduzida pelos governos militares(...)”

Nesse contexto, após a ditadura de 64, tem-se início a Nova República, explorando as contradições do modelo de desenvolvimento econômico do pós-64 nascia a Nova República e com ela a esperança de resolução de todos os problemas nacionais. Resgataram-se velhas palavras de ordem como justiça social, liberdade política e resgate da dívida social; recuperaram-se os símbolos nacionais como a bandeira e o hino nacional e o orgulho de ser brasileiro; criava-se o pacto social”. (VASCONCELOS, 2005).

---

<sup>29</sup> [Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://portal.da.camara.deputados.camara.leg.br)



Nesse contexto, a área da alimentação e nutrição era uma das prioridades políticas, como podemos observar a partir dos seguintes dados: “no ano de 1985, três instrumentos específicos de política social foram lançados: o Plano Subsídios para a Ação Imediata contra a Fome e o Desemprego, elaborado pela Comissão para o Plano do Governo (COPAG); as Prioridades Sociais para 1985 e as Prioridades Sociais para 1986. Entretanto, entre 1987 e 1989, em função da edição do Plano Cruzado (fevereiro de 1986), do Plano Bresser (julho de 1987) e do Plano Verão (fevereiro de 1989), observou-se um certo esvaziamento técnico, financeiro e político dos programas de alimentação e nutrição”. Nas Prioridades Sociais para 1985, em relação aos programas prioritários de alimentação e nutrição, além de prevista a continuidade do PNS, do PNAE, do PAT, do PROAB e do Programa de Reforço Alimentar de Creches da LBA, foi proposta a criação de um novo programa: o Programa de Abastecimento Popular (PAP).

Já em 1986, em relação às prioridades na área de alimentação e nutrição, cinco programas foram previstos: o PAP; o Programa de Suplementação Alimentar (PSA); o PNAE; o Reforço Alimentar ao Programa de Creches da LBA e o Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes (PNLCC). Nos últimos três anos da Nova República (1987 a 1989), cinco programas de alimentação e nutrição continuavam em funcionamento: PNAE, PSA, PCA, PNLCC e PAT. Além desses, continuavam os programas da linha de complementação e apoio coordenados pelo INAN: Combate à Anemia Nutricional e à Hipovitaminose A; Combate ao Bócio; Combate à Cárie Dental; Incentivo ao Aleitamento Materno e o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). Por outro lado, extinguiram-se o PAP (1988) e o PROAB (1989).

No contexto que corresponde ao governo de Fernando Collor, iniciam-se as primeiras ideias neoliberais de reforma do Estado, período datado de março de 1990 até 1992. Havendo nesse período, uma considerável redução de recursos financeiros, além da extinção de programas voltados para a alimentação e nutrição, além disso, como bem pontua Vasconcelos (2005): “esses programas também se tornaram alvo dos desvios de verbas públicas, de licitações duvidosas e de outros mecanismos ilícitos que caracterizaram a escandalosa corrupção instalada no interior daquele governo. Investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados (CPI da Fome) e auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU) realizadas nesse período evidenciaram irregularidade no PNAE, no PSA, no PCA, no PNLCC e noutros programas.” Algumas situações contribuem para compreendermos o desenho que vai se formando em torno das políticas de alimentação e nutrição, em seu artigo, Vasconcelos nos traz dados importantes, segundo ele:

(...)em março de 1990, o governo nomeou para presidente do INAN um representante da Associação Brasileira da Indústria de Nutrição (ABIN), o qual passou a priorizar, nitidamente, os interesses dos produtores de alimentos formulados. Assim, o PSA passou a substituir os tradicionais alimentos básicos por produtos industrializados (fiambre bovino, macarrão de milho, leite desnatado enriquecido), enquanto o PNAE interrompia o processo de municipalização, voltando a distribuir produtos formulados. Por outro lado, em janeiro de 1991, o governo anunciou a extinção do PNLCC, denotando interesses muito mais político-ideológicos do que técnico-operacionais e econômicos. O fato é que, mesmo sob a coordenação da LBA, presidida pela primeira dama do país, o PNLCC continuou sendo identificado com o seu criador (o presidente Sarney). E o governo Collor, seguindo as características de descontinuidade dos programas sociais, procurava legitimidade e hegemonia a partir de outros mecanismos. Nesse sentido, a LBA passou a divulgar uma série de alterações nos programas, como a substituição do PCA pelo Programa de Apoio Nutricional (PAN) e pelos Centros de Atenção ao Desnutrido (CAD), extinguindo a distribuição de alimentos formulados e a criação do programa de distribuição de cestas básicas (Minha Gente ou Gente da Gente), o qual se transformaria em Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA), em 1993. No caso do PAT, observou-se que o programa permaneceu concentrado no Sudeste e Sul do país, atendendo prioritariamente as grandes e médias empresas e os trabalhadores com melhores condições de renda” (VASCONCELOS, 2005, p. 27).

Em 18 de abril de 1993, a partir do governo de Itamar Franco, é lançado o Plano de Combate à Fome e à Miséria (proposta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, o CONSEA. Segundo Vasconcelos (2005) traz em seu artigo, o CONSEA “foi instituído por Decreto Presidencial em 26 de abril de 1993, a partir de então, no decorrer do governo Itamar Franco (1993-1994), a chamada parceria entre governo e sociedade, caracterizada pela ação conjunta do CONSEA/Ação da Cidadania, desenvolveu numerosas atividades, em sua grande maioria de caráter emergencial, na tentativa de combate à fome e à miséria do país.” Segundo o autor, no primeiro bimestre do ano de 1995, pode-se observar um declínio da Ação Cidadania, decorrente principalmente das ações de governo FHC a partir da criação do programa “Comunidade Solidária”, através do Decreto nº 1.366, de 12/01/95, posterior a isso há a extinção do CONSEA, dando lugar ao Conselho do Comunidade Solidária. Esse programa prometia ser uma estratégia de combate à pobreza e exclusão social. Segundo Vasconcelos (2005) “não se tratava de um programa com caráter executivo, mas de uma nova estratégia de gerenciamento dos programas sociais, cuja intervenção pautava-se em quatro princípios básicos: parceria, solidariedade, descentralização e integração/convergência das ações”.

Como bem observa o autor, durante o primeiro mandato de FHC, há uma manutenção em termos operacionais dos programas já existentes, segundo Vasconcelos (2005): ‘continuavam em funcionamento: o PNAE; o PAT; o Programa Leite é Saúde, que passou a se chamar Programa de Combate às Carências Nutricionais (PCCN) e depois Incentivo ao Combate às Carências Nutricionais (ICCN); o PRODEA; os demais programas voltados ao

combate às carências nutricionais específicas e o SISVAN” Todavia, houve a extinção do INAN - através da Medida Provisória nº 1.576, de 5 de junho de 1997.

No segundo mandato de FHC, podemos destacar nesse período a portaria de nº 710 do Ministério da Saúde, de 10 de junho de 1999 (que aprova a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) e a adoção da Medida Provisória nº 2.206, de 10 de agosto de 2001, que cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Saúde (Bolsa Alimentação). Outros elementos importantes: Política Nacional de Alimentação e Nutrição - importante estratégia da Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição (CGPAN), órgão vinculado à Secretaria de Políticas de Saúde do Ministério da Saúde (substituindo o INAN). O Programa Bolsa Alimentação - desenvolvido pela CGPAN, objetiva promover melhorias na saúde de gestantes, nutrizes e crianças de seis meses a seis anos e onze meses de idade, em risco nutricional, pertencentes a famílias sem renda ou que possuam renda mensal de até R\$90,00 *per capita*. Os valores variam entre R\$15,00 a R\$45,00 por mês, a depender do número de beneficiários.

Durante o segundo mandato é possível observar um progressivo declínio da Comunidade Solidária, além da extinção do PRODEA e a substituição do ICCN pelo Bolsa Alimentação. No balanço geral do final do governo FHC, segundo Vasconcelos (2005), temos os seguintes dados: “a CGPAN responsabilizava-se pela condução dos programas vinculados ao setor saúde (Bolsa Alimentação; Ações de Controle da Hipovitaminose A, Anemia Ferropriva e Distúrbios por Deficiência de Iodo; Ações para promoção da Alimentação Saudável e SISVAN); o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Ministério da Educação) pela condução do PNAE e a Secretaria de Inspeção do Trabalho (Ministério do Trabalho) pela condução do PAT.

## **2.2. A criação do Programa Fome Zero e a Política de Segurança Alimentar e Nutricional**

O ano de 2002 é marcado por movimentos a favor da campanha de Luís Inácio Lula da Silva à presidência da República, tendo como carro chefe de sua campanha, a elaboração do programa Fome Zero: uma proposta de política de Segurança Alimentar para o Brasil. A criação desse programa remete a “reinscrição do discurso do pacto social, combate à fome e à miséria, direito à alimentação e segurança alimentar como prioridades da agenda pública brasileira para os próximos quatro anos” (VASCONCELOS, 2005). Segundo o autor, o programa tinha como proposta ser: “um conjunto de ações que se dizem integradas com o objetivo de erradicação da fome e implementação da política de segurança alimentar e

nutricional no país. Tais ações, que estão sendo executadas de forma gradativa, agrupam três modalidades de intervenção denominadas de políticas estruturais, políticas específicas e políticas locais.” (VASCONCELOS, 2005).

“As políticas estruturais são definidas como aquelas que objetivam atingir a raiz do problema da fome e da pobreza, sendo categorizadas como: geração de emprego e renda; previdência social universal; incentivo à agricultura familiar; intensificação da reforma agrária; bolsa-escola e renda mínima; segurança e qualidade dos alimentos. As políticas específicas são concebidas como intervenções nutricionais de natureza emergencial voltadas ao equacionamento de situações agudas de fome e miséria, sendo categorizadas nas modalidades: Programa Cartão-Alimentação, Alimentos Emergenciais, Estoques de Alimentos de Segurança, Educação para o Consumo Alimentar, Ampliação do Programa de Alimentação do Trabalhador, Combate à Desnutrição e Ampliação do Programa de Alimentação Escolar” (VASCONCELOS, 2005, p. 28)

Um dado importante relacionado ao CONSEA, recriado a partir da Medida Provisória nº 102 de 1º de janeiro de 2003 e regulamentado pelo Decreto nº 4.582, de 30 de janeiro de 2003, constitui um órgão de caráter consultivo e de assessoria imediata ao Presidente da República, tendo como objetivo propor as diretrizes gerais da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O CONSEA acompanha diferentes programas, como Bolsa Família, Alimentação Escolar, Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e Vigilância Alimentar e Nutricional, e etc. É importante salientar que o programa Fome Zero foi coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, sendo uma estratégia do governo a fim de garantir à população o acesso a alimentos básicos. A partir de muitas iniciativas, o programa buscou contribuir com as famílias financeiramente a partir do cartão Bolsa Família, criando cisternas no sertão nordestino, construindo os restaurantes populares, além de instruir a população a respeito de hábitos alimentares, também contou com a distribuição de vitaminas e suplementos alimentares e etc.

O autor faz uma consideração importante, segundo ele: “identificam-se aquelas que se processaram na estrutura de morbidade populacional, na conformação do tecido social e na forma e conteúdo do Estado brasileiro”.

Análises sobre a evolução de déficits antropométricos em crianças menores de cinco anos, entre o período de 1989 e 1996, apontam que os índices estatura/idade, peso/idade e peso/estatura (valores abaixo de 2 desvios-padrão da média esperada para idade e sexo) passaram, respectivamente, de 15,7% para 10,5%, de 7,2% para 5,7% e de 2,0% para 2,3%, confirmando a tendência de melhoria do estado nutricional verificada desde as décadas anteriores. Para a faixa etária de seis a dezoito anos de idade, estudo realizado entre o período de 1975 a 1997, com base em valores do índice de massa corporal (IMC), indica que a prevalência de baixo peso (desnutrição) foi reduzida de 14,8% para 8,6%, ao passo que a de sobrepeso (obesidade) foi elevada de 4,1% para 13,9%. De forma semelhante, para a população acima de 20 anos de duas regiões brasileiras (Nordeste e Sudeste) verificou-se, entre

1975 a 1997, a mesma tendência de elevação da obesidade, diagnosticada a partir do índice de massa corporal. Sendo assim, entre 1975 e 1997, os índices de obesidade entre as populações masculina e feminina da região Nordeste passaram, respectivamente, de 1,3% para 4,4% e de 4,2% para 12,2%. Na região Sudeste, nesse mesmo período, a obesidade entre as populações masculina e feminina passou, respectivamente, de 2,9% para 8,2% e de 8,0% para 12,6% (VASCONCELOS, 2005, p. 34).

Mais alguns dados importantes: em 1985 ocorre a primeira referência oficial à expressão “segurança alimentar”, a partir de uma proposta do Ministério da Agricultura referente a Política Nacional de Segurança Alimentar.

Em 1993, é apresentado o Plano Nacional de Segurança Alimentar ao então presidente Itamar Franco, pelo sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva, dando origem à criação e instalação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), formado por representantes do governo e da sociedade civil.

Segundo Vasconcelos (2005), a FAO define Segurança Alimentar como “uma situação na qual todas as pessoas, durante todo o tempo, possuam acesso físico, social e econômico a uma alimentação suficiente, segura e nutritiva, que atenda a suas necessidades materiais e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável”. (Apud BELIK, 2006 p.13).

Em 2003, também foram criados o Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar (MESA) e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), um dos principais programas que compõem o “Fome Zero”, que articula a produção de alimentos da agricultura familiar e o acesso à alimentação saudável por famílias em situação de vulnerabilidade social.

Em 23 janeiro de 2004, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, substituindo o então Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar.

Em 15 de setembro de 2006, é criado o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), objetivando assegurar o direito humano à alimentação adequada.

Em 23 de novembro de 2007, é disposto as competências, composição e funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).

Também em 23 de novembro de 2007 é criado no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN).

Em 4 de fevereiro de 2010, o artigo 6º da Constituição Federal é alterado, a fim de introduzir a alimentação como direito social, a partir da Emenda Constitucional nº 64.

Em 25 de agosto de 2012, o decreto de número 7.272, regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional -

SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências.

Importante destacar também algumas diretrizes preconizadas na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (a PNSAN), a partir do Art. 3º, A PNSAN tem como base as seguintes diretrizes, que orientarão a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional:

- I - Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;
- II - Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos;
- III - instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada;
- IV - Promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais de que trata o art. 3º, inciso I, do Decreto no 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, povos indígenas e assentados da reforma agrária;
- V - Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional;
- VI - Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquíicultura;
- VII - apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais baseadas nos princípios e diretrizes da Lei no 11.346, de 2006; e
- VIII - monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada.

Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: O Plano é um instrumento construído de forma participativa, que envolve diferentes setores e políticas públicas, tendo como objetivo o planejamento, a gestão e a execução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Ademais, a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que originou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada estabelece, em seu artigo 3º:

que a segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (BRASIL, 2008, p.1).

Importante destacar que essa lei inclui o acesso à água potável, a geração de emprego e a distribuição da renda, a promoção da saúde, a produção do conhecimento e o acesso à informação. Conforme podemos observar nos Artigos 4º, 5º e 6º:

Art. 5º A consecução do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional requer o respeito à soberania, que confere aos países a primazia de suas decisões sobre a produção e o consumo de alimentos. Art. 6º O Estado brasileiro deve empenhar-se na promoção de cooperação técnica com países estrangeiros, contribuindo, assim, para a realização do direito humano à alimentação adequada no plano internacional (BRASIL, 2008).

I a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial, da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo-se a água, bem como da geração de emprego e da redistribuição da renda;

II a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos;

III a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social;

IV a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica e racial e cultural da população;

V a produção de conhecimento e o acesso à informação

e VI a implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais do País.

O artigo elaborado pelo autor Francisco de Assis Guedes de Vasconcelos, permite uma análise a respeito das políticas de alimentação e nutrição no Brasil até o ano de 2003, mas que pode ser observada até o contexto atual<sup>30</sup>, evidencia as rupturas, os avanços e os retrocessos em toda a conformidade das políticas desenvolvidas, tanto no que tange a concepção, bem como as orientações, a gestão e a implementação. Interessante observar que o processo de construção e desconstrução das políticas aqui supracitadas, acompanha as mudanças que vão ocorrendo no Estado brasileiro, a transição de um Estado Intervencionista (pós 30), para o chamado Estado mínimo (neoliberal) - a partir da década de 1980. Transitando ainda: “por distintas formas históricas e conteúdo específicos, deslocando-se da centralização à descentralização; da tecnoburocracia civil à militar; do autoritarismo à democracia; do populismo nacionalista ao desenvolvimentismo; da intervenção na economia à liberalização do mercado” (VASCONCELOS, 2005).

Ao longo da trajetória investigada, sobretudo a partir de meados dos anos 1980, as categorias discursivas e operacionais da política e dos programas de combate à fome no país têm transitado do planejamento autoritário ao participativo; da centralização

---

<sup>30</sup> Assunto que abordaremos melhor no capítulo 3 do presente trabalho.

à descentralização administrativa; da universalização à focalização de benefícios; do controle estatal ao social; dos programas de distribuição de alimentos em espécie aos de *tickets* e aos de transferência de renda em dinheiro; do financiamento público às parcerias entre público e privado, entre sociedade civil e Estado, entre instituições governamentais e não governamentais; das ações emergenciais ou assistenciais às mediatas ou estruturais; das ações compensatórias às de emancipação (VASCONCELOS, 2005, p. 32).

### 2.2.1 O fim do Bolsa Família

Em 20 de outubro foi anunciado através do Ministro da Cidadania, João Roma, o fim do programa Bolsa Família (criado em 2003 pelo até então presidente Luiz Inácio Lula da Silva) após 18 anos consecutivos, mediante medida provisória, dando lugar ao “Auxílio Brasil”. Segundo reportagem da CNN<sup>31</sup>, o último pagamento foi feito no domingo 31/10, o novo programa começará a ser pago em 17 de novembro de 2021.

Cerca de 14,6 milhões de famílias eram atendidas pelo programa, com benefício mensal de cerca de R \$191 mensais. Essa informação reforça o que foi posto anteriormente, ao mesmo tempo que preocupa em níveis alarmantes a situação de milhares de brasileiros. Segundo dados da CNN, o novo programa já encontra dificuldades por “falta de definição sobre a fonte de financiamento do programa”.

Propostas do programa: busca ampliar o número de beneficiários para R \$17 milhões, com valor mensal mínimo de R \$400,00, pagos até dezembro de 2022.

Segundo a Agência Câmara de Notícias<sup>32</sup>: “O Congresso Nacional aprovou nesta quinta-feira (11) o projeto (PLN 26/21) que abre crédito especial de R\$ 9,364 bilhões para pagar ainda neste ano o programa social Auxílio Brasil (MP 1061/21), que substituiu o Bolsa Família. Os recursos, previstos na proposta do Poder Executivo, serão remanejados das despesas primárias do programa anterior.

O projeto foi aprovado por deputados e senadores. O Congresso também aprovou hoje o PLN 23/21, que adapta o Plano Plurianual (PPA) em vigor (Lei 13.971/19) ao Auxílio Brasil. O texto prevê gastos de R \$76,4 bilhões, entre 2021 e 2023, com o novo programa assistencial.

Os dois projetos foram sancionados pelo presidente da República no mesmo dia e publicados em edição extra do Diário Oficial da União.” Os recursos do PLN 26/21 serão distribuídos da seguinte forma: R\$9,268 bilhões vão para transferência de renda com benefícios

---

<sup>31</sup> Acesse em: <[Fim do Bolsa Família e começo do Auxílio Brasil: veja como fica agora | CNN Brasil](#)>

<sup>32</sup> [Câmara aprova texto-base da MP do Programa Auxílio Brasil e inicia discussão de destaques; acompanhe - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](#)



e auxílios para 14,695 milhões de famílias. R\$93,4 milhões se destinam ao apoio de municípios por meio do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Auxílio Brasil. R\$2 milhões serão gastos com gestão e disseminação de informações para o público do programa.

Ainda segundo a Agência Câmara de Notícias: “O Auxílio Brasil tem como objetivo promover a cidadania com garantia de renda, visando à superação das vulnerabilidades sociais das famílias, além de estabelecer medidas de incentivo ao empreendedorismo, ao microcrédito e à autonomia das famílias beneficiárias, por meio da inclusão produtiva rural e urbana, com vistas à empregabilidade e à emancipação cidadã.”

### **Diretriz do novo programa:**

O Auxílio Brasil, vinculado ao Ministério da Cidadania, tem como diretriz a promoção e defesa dos direitos humanos com foco no amparo à família. O objetivo é propiciar a redução da pobreza e extrema pobreza e a emancipação das famílias por meio da transferência de renda e da articulação de políticas públicas, visando à cidadania e à superação de vulnerabilidades sociais. A meta é atender a 100% das famílias elegíveis ao programa.”

Segundo a Agência Câmara de Notícias, “O PLN 23/21 não exclui ainda do PPA o programa Bolsa Família, cuja lei somente será revogada após a tramitação da MP 1061/21 no Congresso. No entanto, as correções de vinculação entre as programações orçamentárias e o novo programa – que resultarão da eventual aprovação do PLN 23/21 – devem desidratar o programa anterior”.

Segundo matéria da CNN<sup>33</sup>, o novo secretário especial de Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Esteves Colnago, admitiu durante uma entrevista que a equipe econômica não trabalha com um plano B para o Auxílio Brasil de R \$400. Segundo ele, sem a aprovação da PEC dos Precatórios<sup>34</sup>, o valor atual do benefício deve ser corrigido apenas pela inflação. Além disso, o secretário deu uma outra alternativa, que consistiria em verba extra oriunda a partir da aprovação de um novo imposto de renda (proposta que já passou na Câmara, mas até a escrita deste trabalho aguarda aprovação no Senado).

OBS: Até o momento da escrita do presente trabalho de conclusão de curso, não haviam notícias mais detalhadas sobre, e a PEC dos Precatórios até o presente momento não foi aprovada.

---

<sup>33</sup> [Pacheco: não é razoável que reforma do IR seja condição para novo Bolsa Família | CNN Brasil](#)

<sup>34</sup> [Sem PEC dos Precatórios, Auxílio Brasil é de R\\$ 220, diz secretário de Guedes | CNN Brasil](#)

Ainda que não tenhamos atualmente dados o suficiente para explorar o “auxílio Brasil” e suas possíveis consequências na vida de milhões de brasileiros, se faz de suma importância lembrar que o Bolsa Família contemplou cerca de 14 milhões de famílias, sendo a maioria das titulares, mulheres. O Bolsa Família não deve ser categorizado apenas como um programa de transferência de renda, obviamente não se trata de um programa perfeito e seu valor inclusive, frente à realidade brasileira, deve ser problematizado. Todavia, não se pode negar que ele possibilitou o acesso a muitas famílias, ampliando possibilidades.

Um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)<sup>35</sup> publicado em 2019, traz dados que confirmam a afirmativa acima. Segundo dados colhidos, em 2017, desde que começaram a receber o benefício, mais de 3,4 milhões de pessoas haviam deixado a pobreza extrema e 3,2 milhões passaram acima da linha de pobreza graças ao programa.

Segundo matéria realizada pela BBC<sup>36</sup>, cerca de 64% dos beneficiários continuavam em situação de extrema pobreza mesmo recebendo o benefício, o que aponta para a problemática do valor (em 2017, era de R\$ 180) e, recentemente (mesmo com a inflação exacerbada) teve um aumento de míseros 10 reais, passando para R\$ 190. Pensando na realidade do preço dos alimentos e de qualquer coisa no Brasil, é quase insustentável. Porém, ruim com ele, pior sem ele.

Importante destacar um dado que diz a respeito da exposição à fome, segundo a reportagem, as famílias atendidas por programas de transferência de renda tendem a gastar uma parcela importante do benefício com a compra de alimentos, principalmente para as crianças.

Pensando na fome enquanto algo que não pode esperar, compreende-se que as famílias utilizam boa parte do dinheiro para a aquisição de alimentos. Um estudo citado pela matéria da BBC<sup>37</sup>, realizado em 2012, demonstra uma relação importante entre o Bolsa Família e uma melhora na alimentação e na exposição à fome severa. Segundo a reportagem, um estudo realizado pelo Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), ouviu 5 mil beneficiários, de 229 municípios brasileiros em 2007. Obtiveram como resultado que: "87% relataram gastar o benefício recebido com a compra de alimentos. Questionados sobre o que ocorreu com a alimentação da família após o recebimento do benefício, mais de 70% responderam que aumentou a quantidade e a variedade de alimentos consumidos e 63%

---

<sup>35</sup> [TD 2499 - Os Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a Pobreza e a Desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos \(ipea.gov.br\)](#)

<sup>36</sup> [8 dados que mostram impacto do Bolsa Família, que chega ao fim após 18 anos - BBC News Brasil](#)

<sup>37</sup> [8 dados que mostram impacto do Bolsa Família, que chega ao fim após 18 anos - BBC News Brasil](#)

responderam que passaram a comprar mais alimentos preferidos pelas crianças", encontrou a pesquisa do Ibase, segundo a revisão publicada na Revista Panamericana de Salud Pública.”

A reportagem chama a atenção para o tipo de alimentos consumidos pelos usuários, a partir de três estudos a respeito do tema, foi identificado que a grande maioria das compras consistiam em alimentos calóricos e de baixo valor nutricional, a fins de exemplos, estão os biscoitos, alimentos açucarados e industrializados. O que pode ser compreendido a partir de uma perspectiva crítica, quando exponho no capítulo um do presente trabalho, item 3, sobre o nutricídio e desertos alimentares, já que a maior parte da população que recebe o bolsa família está inserida nas regiões mais pobres do país.

Os pesquisadores finalizam dizendo que: "O Programa Bolsa Família pode auxiliar na promoção da segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiárias, ao propiciar às populações em vulnerabilidade social maior capacidade de acesso aos alimentos", observam os pesquisadores, ponderando, porém, que o programa poderia ter melhor efeito se combinado com ações de incentivo à alimentação saudável.”

### **2.3 Relação entre o Espaço Normal e a questão da fome.**

O Espaço Normal atende majoritariamente populações em situação de rua, que fazem o uso abusivo de álcool e outras drogas. As pessoas que acessam o Espaço frequentemente, estão em sua maioria na cena de uso de crack da Flávia Farnese 500 e nas cenas de uso de crack da Avenida Brasil. Porém, é possível encontrar pessoas de todo o estado do Rio de Janeiro, bem como de outros estados. Há muitas variáveis envolvidas nesses casos, muitos saem de suas cidades e Estados originais em busca de melhorias em termos socioeconômicos e acabam encontrando inúmeros percalços pelo caminho.

A partir de análises das fichas de perfis presentes no banco de dados do Espaço Normal, é possível constatar que a população que frequenta o local é composta em sua maioria por pessoas em situação de rua, pessoas negras, homens e cisgêneros. As mulheres estão presentes em número menor, se comparado aos homens, assim como a população trans e travesti. Obtive as informações que serão expostas a seguir através das fichas perfis existentes no banco de dados da Instituição. Embora atualmente exista um grande número de pessoas frequentando o Espaço Normal, foram consultadas 36 fichas, preenchidas no ano de 2019. É importante destacar que elas não correspondem à totalidade dos usuários do Espaço, já que atualmente há um número expressivo de pessoas vinculadas ao projeto.

Dentre as 36 pessoas que responderam ao questionário, 10 foram mulheres (sendo duas trans) e 26 homens, com idades que variam entre 20 e 57 anos; 8 se autodeclararam pretos, 22 pardos, 5 brancos e 1 indígena; Escolaridade e trabalho: dos entrevistados, 26 estudaram apenas até o ensino fundamental; 8 até o ensino médio e 2 relataram não possuir escolaridade; Dezenove (19) pessoas realizaram alguma atividade remunerada no período do preenchimento da ficha perfil. Observa-se que essas atividades eram em sua maioria realizadas dentro do próprio território, como bicos no Comércio da Teixeira (Rua principal da Nova Holanda), que conta com muitos comércios. Além de garimpos, venda de doces em outros locais como na Lapa, limpeza de restaurantes locais, ambulantes, uma cidadã relatou fazer empadinhas e faxinas. Há também os que aproveitam as feiras dominicais para realizar trabalhos pontuais, venda de gás, recepcionista, telemarketing. Dezesete (17) pessoas relataram não realizar nenhuma atividade remunerada até aquele momento; Vinte e cinco (25) pessoas se encontravam em situação de rua quando responderam e onze (11) se encontravam em algum equipamento, como, por exemplo, os Hóteis Sociais.

### **Principais demandas do atendimento:**

Por se tratar de uma população em extrema vulnerabilidade social, as demandas são as mais diversas possíveis, indo desde questões complexas, como moradia e habitação, segurança alimentar, geração de renda, até demandas mais simples de serem alcançadas, como por exemplo a aquisição de preservativos. A alimentação também é uma demanda frequente, representando em geral, mais de 70% das demandas diárias.

Todavia, o Espaço Normal procura trabalhar com foco em algumas políticas, como por exemplo a política de saúde, pensando principalmente na Redução de Danos como uma estratégia de cuidado em saúde mental, sobretudo, relacionadas ao uso abusivo de álcool e outras drogas. Possui interface também com a política de assistência, acionando frequentemente equipamentos tais como o CRAS, CREAS, Centro pop, hotel solidário, abrigos e etc. O Espaço Normal é um local de convivência, dessa maneira, o preparo e a distribuição das refeições sempre estiveram incorporados na dinâmica do dia a dia. Os alimentos são preparados pelos próprios usuários na cozinha disponível. Essa atividade sempre ocasionou discussões entre os usuários, já que devido limitações materiais, o Espaço nem sempre consegue oferecer refeições completas, muitas vezes só é disponibilizado arroz e feijão em uma quantidade limitada e isso incide diretamente na dinâmica da convivência no local.

Para explicitar a afirmação acima, serão apresentados dados sobre o preparo e ingestão das refeições realizadas ao longo de onze (11) meses do ano de 2019 (fevereiro a dezembro) e os três (3) primeiros meses de 2020 (janeiro a março)<sup>38</sup>.

Fevereiro: convivência - 257	Março: convivência - 219	Abril: convivência - 294
Cozinha uso direto: 73	Cozinha uso direto: 48	Cozinha uso direto: 49
Cozinha uso indireto: 156	Cozinha uso indireto: 138	Cozinha uso indireto: 227

Mai: convivência - 311	Junho: convivência - 377	Julho: convivência - 429
Convivência uso direto: 40	Cozinha uso direto: 67	Cozinha uso direto: 74
Convivência uso indireto: 256	Cozinha uso indireto: 312	Cozinha uso indireto: 312

Agosto: convivência - 424	Setembro: convivência - 531	Outubro: convivência - 750
Cozinha uso direto: 74	Cozinha uso direto: 68	Cozinha uso direto: 88
Cozinha uso indireto: 310	Cozinha uso indireto: 310	Cozinha uso indireto: 650

Novembro: convivência - 639	Dezembro: convivência - 479	Total: convivência - 4.710
Cozinha uso direto: 62	Cozinha uso direto: 35	Total cozinha direta: 678
Cozinha uso indireto: 508	Cozinha uso indireto: 364	Total cozinha indireta: 3543

Acessos ao Espaço Normal entre os meses de fevereiro a dezembro de 2019: 4.710 acessos. Quantidade de refeições realizadas durante esse período: 3.543 refeições. Significa dizer que de um total de 100% de pessoas que acessaram a casa nos onze meses de 2019, a alimentação alcançou 75,2%. Lembrando que o cálculo contabiliza os acessos, isso significa dizer que um mesmo usuário pode ter se alimentado várias vezes ao mês.

Ainda que muitos usuários em uma primeira abordagem não citem a alimentação como demanda prioritária, durante a convivência essa questão sempre aparece. Compreende-se que

<sup>38</sup> Obs.: o mês de janeiro não pôde ser contabilizado, pois estavam faltando informações sobre o mesmo no banco de dados.

pode ser difícil para alguns reconhecer e informar aos outros sobre sua situação de fome. As relações estabelecidas a partir dessas refeições, possuem desdobramentos na convivência, desde a escolha das pessoas que irão cozinhar, até a distribuição. Devido à emergência sanitária em voga, no ano de 2020, o Espaço Normal permaneceu aberto para convivência apenas até o mês de março.

Janeiro: convivência - 778	Fevereiro: convivência = 549	Março: convivência - 329
Cozinha uso direto: 80	Cozinha uso direto: 46	Cozinha uso direto: 32
Cozinha uso indireto: 677	Cozinha uso indireto: 464	Cozinha uso indireto: 295

Total: convivência = 1656
Total cozinha uso direto: 158
Total cozinha uso indireto: 1436

Acesso ao Espaço Normal entre os meses de janeiro a março de 2020: 1.656 acessos. Refeições realizadas durante esse período: 1.436 refeições. Significa dizer que de um total de 100% de pessoas que acessaram a casa nos três meses de 2020, a alimentação alcançou 86.7%.

### **2.3.1 Funcionamento da Redes de Desenvolvimento da Maré e do Espaço Normal no contexto da pandemia.**

A Redes da Maré reconheceu a importância de ressignificar o atendimento à população nesse momento tão delicado, reestruturando os mais diversos equipamentos para que continuassem com as portas abertas sem colocar a vida de nenhuma pessoa em perigo. O Espaço Normal optou por uma abertura limitada para confecção e distribuição de quentinhas, pois além de ser um local que sempre aglomerou muitas pessoas, há questões de infraestrutura que se configuram como um risco para essa população. Muitas vezes nos plantões, havia cerca de 60 pessoas em uma sala/cozinha pequenas e com pouca circulação de ar. Muitos usuários apresentam questões de saúde como tuberculose, pneumonia e etc, comorbidades que agravam o quadro dos infectados pela COVID-19.

O fortalecimento das relações com o território nesse momento tem sido de extrema relevância. A perspectiva da rua como continuidade de qualquer outro espaço, como continuidade do cuidado. Fazendo jus a um dos lemas do Espaço Normal: **Cuidar em espaço aberto, é normal!** Para além da distribuição de quentinhas e equipamentos de saúde, a Instituição sempre se preocupou com o acolhimento, com o cuidado, com a criação de vínculos com novos usuários e manutenção/fortalecimento com os antigos. Já que durante esse período, pessoas que não frequentavam o Espaço (por inúmeras variáveis) passaram a ficar mais próximas do trabalho e da equipe.

A distribuição das quentinhas realizadas pelo Espaço Normal em parceria com a Casa das Mulheres (projeto do eixo territorial) foi primordial na continuidade de um trabalho que busca a promoção de direitos individuais e sociais, bem como a preservação do cuidado nesse momento tão delicado. Buscando não se limitar apenas à entrega das quentinhas, tem sido um importante fator na continuidade do cuidado direto à população em situação de rua, além de funcionar como uma ponte para chegar a outros cidadãos, ampliando de forma significativa o cuidado no território. Cuidado este, que se dá a partir de premissas que fogem de modelos socialmente construídos como ideais, rompendo barreiras físicas e morais.

### **2.3.2 Estudo de Caso – O Caso de Paulo - Construindo Cuidado a Partir da Alimentação.**

A seguir, apresentarei o caso de Paulo (nome fantasia), a fins de explicitar como a alimentação é um fator estruturante na construção do cuidado à essa população. Esse estudo de caso foi elaborado para a disciplina Orientação de Treinamento Profissional - nível 4.

Nome fantasia: Paulo

Gênero: masculino

Identificação: cis gênero

Raça/etnia: Pardo

Idade: 28 anos

Escolaridade: Não temos informação.

Localidade: Nascido e criado no Complexo de favelas da Maré.

Situação laboral: No momento estava desempregado

Paulo está em situação de rua há pouco mais de quatro anos, sua relação com as ruas se deu após a prisão de sua esposa. Paulo era casado e tinha uma vida estável, até que sua então companheira começou a fazer o uso abusivo de drogas (não há conhecimento sobre qual ou quais drogas). Nesse contexto, ela acabou engravidando de Paulo e um pouco depois da

criança nascer, foi presa por cometer delito, do qual não temos conhecimento profundo sobre, tampouco sobre a pena atribuída. A partir desse episódio, Paulo começa a fazer uso abusivo de crack e sua filha fica sob os cuidados da mãe de Paulo (avó paterna da criança), pelos quais está até o dia de hoje. Segundo seu próprio relato, Paulo aparece na casa de sua mãe apenas quando está com a saúde debilitada, não menciona vínculos com a filha e parece se esquivar quando esse assunto é abordado. Está desempregado, mas faz alguns garimpos pelo território, não possui nenhum benefício social e tem muita dificuldade de organização. Faz acompanhamento no Caps AD Miriam Makeba.

### **Situação de saúde de Paulo**

O usuário já foi diagnosticado com tuberculose duas vezes, na primeira vez ele iniciou o tratamento, mas não se recuperou, pois além de não ter tomado a medicação conforme prescrição médica (ele acabou perdendo os remédios), também não se alimentava direito, o que comprometeu sua imunidade, deixando seu organismo mais vulnerável.

### **População em situação de rua e a complexidade em conseguir se medicar**

Uma das várias problemáticas que envolve a população em situação de rua, é o fato de não terem onde guardar suas coisas com segurança, isso porque, além de estarem expostos a todo tipo de violência, ocasionada por agentes do Estado e/ou outros civis, também são acometidos por questões naturais, como ventos e chuvas. Nesse sentido, quando essa população precisa fazer tratamento de alguma comorbidade através de medicamentos, dificilmente conseguem finalizar pois carecem de infraestrutura mínima. Por essa razão, o Espaço Normal vem desenvolvendo um trabalho de cuidado que consiste em guardar os remédios dos usuários no local, acompanhado por ficha que indica a posologia bem como a identificação desses indivíduos. Isso tem permitido que muitos consigam finalizar seus tratamentos.

Como Paulo não finalizou o tratamento da primeira vez, a tuberculose voltou mais grave. Isso porque, essa comorbidade é ocasionada por uma bactéria, seu tratamento é realizado através da associação de antibióticos, por essa razão, quando não tratada adequadamente, a bactéria pode ficar resistente, podendo ser mono resistente (resistente a um antibiótico específico) ou multirresistente (resistente a vários deles). São vários os fatores que causam a resistência, entre elas está a falta de adesão ao tratamento, imunidade baixa, vulnerabilidade social, por exemplo o local onde a pessoa dorme, se possui ventilação adequada, se é um local limpo, não úmido, se o indivíduo se alimenta e se hidrata adequadamente e etc. Para o tratamento da tuberculose, é preciso uma combinação de cuidados, para além da ingestão dos remédios.



Nesse sentido, a coordenadora do cuidado no Espaço Normal, articulou para que dessa vez o tratamento de Paulo pudesse ser articulado com a alimentação, ficou pactuado que ele iria tomar os remédios toda vez que fosse até o Espaço Normal buscar a quentinha. Seus remédios passaram a ficar guardados no local, a fim de evitar que ele os perdesse e isso pudesse adiar seu tratamento. Aos finais de semana, sua refeição era deixada com uma pessoa da cena que trabalha atualmente no Espaço Normal como redutora de danos. E assim foi feito durante os seis meses, hoje Paulo está curado da tuberculose. Nesse período ele também teve sífilis, então foi feita a partir do Espaço Normal todo um movimento para que ele pudesse fazer o tratamento na cena, foi articulado com o técnico de enfermagem para estar indo aplicar a injeção, o usuário muitas vezes se negava ir até a clínica (por muitas variáveis). Por fim, Paulo também se curou da sífilis e desde então tem conseguido ganhar peso.

Nesse caso, quando o usuário tem a tuberculose diagnosticada e recebe os medicamentos pela unidade de saúde, o Espaço Normal articula isso com a alimentação, por compreender a importância e centralidade da fome na vida dos usuários, pensando na condição do usuário em estar em situação de rua e não possuir condições mínimas para realizar seu tratamento, em casos como o de Paulo, ter acesso aos remédios não resolve a questão, pois há todo um contexto que deve ser levado em consideração. É preciso se atentar durante todo o cuidado, a integralidade das políticas de saúde - um dos princípios do Sistema Único de Saúde, busca transcender a prática curativa, a enfermidade, mas sim olhar pro indivíduo em todos os níveis de atenção, compreendendo a questão de saúde no seu contexto de vida, econômico, social, racial e etc. Nesse caso, ter a medicação em mãos, não garante a efetividade do cuidado.

O Espaço Normal enquanto uma Organização da Sociedade Civil, buscou garantir, ainda que minimamente, o direito humano à alimentação adequada que está contemplado no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Para que esse direito seja garantido, segundo a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, é necessário a disponibilidade dos alimentos em quantidades suficientes, em boa qualidade e pensados de maneira sustentável. Nesse caso, a equipe do Espaço Normal buscou oferecer ao usuário Paulo, o acesso a uma alimentação diária e de qualidade objetivando que isso o auxiliasse no término de seu tratamento. Foi eficaz para esse objetivo, porém é importante ressaltar que Paulo se alimenta a partir das quentinhas distribuídas no Espaço Normal (de segunda à sexta), geralmente é sua única refeição no dia, o que o faz permanecer exposto à fome.

A partir dessa perspectiva, o presente trabalho compreende a alimentação e a nutrição enquanto instrumento potente no cuidado em saúde dos usuários do Espaço Normal, estando relacionadas aos demais processos necessários (a depender das especificidades dos sujeitos).

Tanto no aspecto da redução de danos em relação ao uso abusivo de álcool e outras drogas, quanto em consonância com tratamentos que os usuários realizam nos equipamentos de saúde. O direito humano à alimentação adequada, o direito humano à nutrição e o direito humano à saúde estão interrelacionados e são indissociáveis. Ao ter acesso à alimentação, nutrição e hidratação de maneira frequente, os danos ocasionados pelo uso abusivo de álcool e outras drogas, são reduzidos, evitando que os usuários fiquem muitas horas (e até dias) sem se alimentar. Repondo minimamente as energias através de alimentos que sustentem o organismo por mais tempo que o lanche, além da garantia de ingerir uma quantidade diária, (ainda que mínima) de nutrientes.

A alimentação contribui na construção e fortalecimento dos vínculos dos usuários com os profissionais do Espaço Normal - ao oferecer uma alimentação saborosa e nutritiva diariamente, é possível utilizar como estratégia a fim de fortalecer os laços com os usuários antigos e estabelecer a criação de novos, já que pela necessidade de se alimentar (e a garantia que conseguirão) poderão frequentar de maneira mais regular. Isso possibilita uma aproximação ainda maior da equipe com os mesmos, já que, por inúmeras variáveis, muitos usuários acabam "sumindo por uns tempos" o que dificulta em muitas situações o desenvolvimento de alguns cuidados, principalmente relacionados à saúde. O acesso diário a uma alimentação de qualidade, contribui no cuidado à saúde dos usuários, na medida em que se compreende alimentação e nutrição como parte integrante desse processo.

Para além do exemplo de Paulo aqui supracitado, o Espaço Normal já vem fazendo um trabalho com outros usuários nesse sentido, para que deixem os medicamentos no local, já que muitos acabam perdendo, esquecendo de tomar e etc. Mas é importante ressaltar que mesmo deixando lá, muitos não voltavam para tomar, o que acabava interferindo de maneira severa nos quadros de saúde, principalmente em comorbidades como a tuberculose e pneumonia. Dessa maneira, a alimentação passou a ser utilizada como um elemento fundamental, passando a ser pactuadas inúmeras possibilidades com os usuários, a fim que eles prossigam com os tratamentos, e aliado a isso, tenham acesso a uma alimentação nutritiva, realizando o tratamento de maneira mais integrada. Segundo Vanda Canuto, coordenadora de cuidado no Espaço normal:

"Para uma pessoa que faz tratamentos a longo prazo, poder ofertar uma refeição, garante que essa pessoa tome a medicação. Por mais que eles façam outras atividades durante o dia, uma hora o estômago ronca e eles vão em busca de alimentação. O lanche não segura muito tempo, por mais que eles peguem o lanche, eles já vão em busca de algo com mais sustância. O almoço é fundamental para eles, porque sustenta

a longo prazo, o lanche, o biscoito, segura por pouco tempo, muitos comem e continuam com fome." (SIC a partir do Espaço Normal).

Promover uma nova relação com a alimentação - ter acesso a uma comida diariamente, que seja saborosa, em uma boa temperatura e possa ser saboreada com calma, é importante para além de estar nutrido. A promoção de uma nova relação com os alimentos, é subjetiva, não há como afirmar que isso ocorrerá com cada usuário que acessar o Espaço Normal, pois depende de muitas variáveis e questões pessoais, porém, ela pode ser estimulada de algumas maneiras, por essa razão, esse trabalho parte do pressuposto que a partir da oferta visual de pratos agradáveis, pode ser gerada uma nova relação e impacto alimentar, da comida sob um novo lugar, não mais de restos, do revirar os lixos, do comer do chão, mas do todo, do direito, do sabor, do afeto, o lugar do se alimentar no sentido mais profundo da palavra, apreciando os sabores. A forma visual da comida e a maneira como essas pessoas se alimentam indica os níveis de desumanização a que estão expostas.

Em suma, este trabalho presume que com o acesso a uma alimentação de qualidade, os usuários conseguem se fortalecer, tanto em termos fisiológicos (estando nutridos) quanto em termos neurológicos, podendo acessar outros direitos e buscar sua autonomia. Ou nenhuma dessas opções, apenas comer porque se tem fome.

### **2.3.3 Da Housing First (moradia primeiro) para Food First (comida primeiro).**

Inspirado na Política Pública Housing First (Moradia Primeiro), esse trabalho busca trazer o “food first”, Comida Primeiro. O objetivo não é pensar um em detrimento do outro, mas utilizar como referência, pois durante minha estadia no estágio, muito se discutia, afinal, quando se fala em cuidado e promoção da saúde referente a população em situação de rua, o que vem primeiro?

Todavia, antes de prosseguir, se faz necessário elucidar brevemente do que se trata a “Moradia Primeiro”. Essa ideia surge nos Estados Unidos, na década de 1990, através do psicólogo Sam Tsemberis da ONG norte-americana “Pathways to Housing”, seu método virou política pública intitulada “Housing First”, habitação/moradia em primeiro lugar, se propagando posteriormente para países como Canadá, Espanha, Portugal, França e Dinamarca e Finlândia. Essa metodologia parte do princípio que é necessário oferecer moradia a essas pessoas, propondo alternativa aos locais coletivos (como por exemplo os hotéis sociais que existem aqui no Brasil). Indicadores apontam que essa fórmula é consistente e tem trazido resultados, inclusive econômicos<sup>26</sup>. No Brasil, existe o Projeto RUAS<sup>27</sup> (ONG), que vem

testando esse modelo, buscando compreender como seria possível algo assim na realidade brasileira, um país capitalista periférico, de dimensão geográfica e desigualdade econômica e social continental.

No Moradia Primeiro, compreende-se que a primeira etapa de intervenção, se encontra na casa, trazendo assim mais estabilidade, conforto, segurança, gerando melhorias na saúde física e mental, construindo a autonomia dos indivíduos. Propiciando uma organização que culmine com processos de procura de empregos formais, que costumam exigir comprovantes de residência, gerando um ciclo, sem casa, sem emprego, sem fonte de renda, sem moradia. Para além disso, caso o sujeito consiga um emprego, toda a organização da vida cotidiana é realizada em uma casa, tomar banho, escovar os dentes, lugar adequado para o descanso e etc. Dessa maneira, a casa é um elemento estabilizador que propicia mais autonomia, segurança e comodidade aos sujeitos.

O projeto RUAS, inspirado no método Housing First, tem desenvolvido trabalhos em território brasileiro. Segundo dados coletados no site do RUAS, o método tem sido aplicado em países como o Estados Unidos, Canadá, Austrália, Japão e países do continente europeu. Desde o ano de 2010, mais de 80 mil pessoas deixaram as ruas a partir dessa política pública. Comparando com outras abordagens, cerca de 80% permaneceram abrigadas após 2 anos, contra 20% de outras medidas. A política ainda apresenta vantagens em termos econômicos, 34% relacionados a emergências, 66% internações, 82% detox, 76% cárcere. A metodologia consiste primeiramente em uma triagem de perfil, seguido por abrigamento em casa própria e individualizada, alfabetização financeira, capacitação e currículo, melhoria na saúde mental e física, reconexão familiar, integração comunitária. 3) medição e acompanhamento de resultados.

Além do Projeto RUAS, também temos outras experiências em território brasileiro, a fins de exemplos iremos citar no estado de Pernambuco, o programa Atitude<sup>28</sup>, e na cidade de São Paulo, o programa De Braços Abertos<sup>29</sup>. No programa De Braços Abertos, foi possibilitado aos cidadãos a moradia e o trabalho remunerado. Outras experiências podem ser observadas em outras regiões, como o Distrito Federal, Fortaleza, Palmas e João Pessoa, oferecendo apoio para que os sujeitos consigam pagar moradias individuais ou a partir da organização de espaços coletivos de moradia, todos financiados pelo SENAD<sup>30</sup>, em 2014.

A “moradia primeiro”, é inspirado na teoria da Pirâmide de Maslow, também conhecida como teoria das necessidades humanas, é uma teoria desenvolvida pelo psicólogo norte-americano Abraham Maslow, representada por uma pirâmide que busca organizar hierarquicamente as necessidades dos homens. Dessa maneira:



Créditos: blog opinion box

Como se pode observar na ilustração acima, a base da pirâmide é constituída por necessidades fisiológicas, como a ingestão de alimentos, hidratação (água), sono, moradia (essa última como facilitadora e estabilizadora dos outros) o sujeito precisa realizá-las para continuar vivo. De acordo com o psicólogo, os sujeitos buscam realizações pessoais, sonhos e projeções de vida, quando todo o corpo da pirâmide (principalmente as bases), estão garantidas, a partir daí o indivíduo vai em busca de autorrealização, que são subjetivas.

Se faz de suma importância destacar que o presente trabalho não busca confrontar a “Moradia Primeiro”, muito menos apresentar “em detrimento de”, pelo contrário, estudos têm demonstrado sua eficácia na vida dos usuários.<sup>31</sup> Mas busco trazer que, inclusive, nesse contexto da “Moradia Primeiro”, a alimentação é central, pois sem renda e sem emprego, não há como se alimentar, na ausência de políticas públicas vinculadas a alimentação, ou outros subsídios disponíveis a partir das ONG’s, essas pessoas possivelmente iriam para as ruas buscar maneiras de comer, continuariam em estado fisiológico prejudicado, sem conseguir realizar atividades básicas do dia a dia, não por “preguiça”, mas por letargia.

Portanto, a própria “Moradia Primeiro”, não pode ser pensada sem antes levar em consideração a alimentação como um fator crucial para a estabilidade e busca da autonomia dos sujeitos, são indissociáveis na construção dessa segurança que propicia o bem estar. Até que essas pessoas consigam por si só a partir de empregos.

Em minhas investigações sobre a política da “Moradia Primeiro”, não encontrei muitos elementos que discorriam sobre a importância da alimentação, acredito pessoalmente que isso se deve ao fato de a alimentação ser tão indissociável do ser, que muitas vezes não recebe a atenção correspondente à sua importância, o que reforçou minhas hipóteses sobre a importância da construção deste trabalho. É preciso dar à comida a centralidade que lhe é sua por direito.

O presente trabalho busca ir além da população em situação de rua, “comida primeiro” para qualquer serviço público e privado, pois um usuário com fome, não conseguirá ouvir nenhuma palavra dita pelos profissionais.

### **3 – A INCERTEZA DA RENDA, GERA A CERTEZA DA FOME**

No presente capítulo iremos discorrer sobre o tamanho da fome a partir do levantamento de indicadores sociais, principalmente no contexto da crise sanitária em voga. Também trataremos uma discussão a respeito dos processos que envolvem a produção e distribuição dos alimentos no Brasil, suscitando debates a respeito de como é possível que no contexto de um dos maiores produtores mundiais de alimentos ter tantas pessoas expostas à fome de maneira severa.

#### **3.1 A Fome não tem Hora, mas tem cor, Cep, escolaridade e faixa salarial**

Embora o novo agente do coronavírus não faça distinção de raça, classe, gênero, território, escolaridade e etc, na prática dados mostram como a pandemia não foi nem um pouco democrática. Dado problemas estruturais da nossa sociedade, nem todos puderam fazer da quarentena um oásis, e “aproveitar” esse momento (como sugerem alguns coach’s) para entrar em contato com seu eu interior. Nas favelas e periferias do Brasil, a pandemia acabou exacerbando a desigualdade social, expondo ainda mais os indivíduos à vulnerabilidade social, exacerbando as cicatrizes que foram abertas (e sangram até hoje) na invasão de 1500. Em muitos locais não há sequer saneamento básico para que possam realizar a higiene básica, como lavar as mãos. Muitos perderam seus empregos, e quem não perdeu, não pode se dar ao direito de ficar em casa para proteger a si e sua família do vírus, continuou dia após dia pegando trens e ônibus lotados atravessando a cidade para garantir minimamente a subsistência. Sem falar na massiva ausência de equipamentos para acessar os programas de transferência de renda, além da falta de preparo das próprias Instituições em termos de tecnologias de software e hardware para oferecer o atendimento aos serviços online e evitar aglomerações. Na baixada fluminense, por exemplo, havia pessoas cobrando um valor simbólico para ajudar os que não possuíam acesso (ou não sabiam manusear) o aplicativo da caixa, a fim da retirada do auxílio emergencial.

Esses são alguns, dos infinitos exemplos que demonstram como a pandemia foi definitivamente pior para muitos brasileiros, enfrentando não apenas um inimigo invisível, o vírus, mas a fome, o desemprego, falta de saneamento básico, insegurança hídrica, operações

policiais, trens e ônibus lotados, hospitais sucateados, pessoas morrendo no chão dos hospitais, pessoas morrendo dentro de casa, enquanto os telejornais reforçavam todos os dias a importância de #ficaremcasa, imagina então, quem nem casa tem? Os telejornais reforçando dia após dia a importância de lavar as mãos, mas #cade a água? Os telejornais sugeriam também que as pessoas isolassem familiares infectados pelo vírus em algum cômodo da casa, mas como proceder nas residências constituídas por 5, 6, 7 pessoas distribuídas em 2, 3 cômodos? Como praticar o #distanciamento #social?

A conta não fecha e o preço é alto, quem paga tem CEP, cor de pele e fenótipos específicos. Inclusive, o vírus afetou primeiramente as camadas mais ricas da sociedade brasileira. Iremos utilizar como exemplo o estado de Manaus, em reportagem da BBC<sup>39</sup>, especialistas apontam que o vírus chegou de viagem em rotas internacionais, se concentrando nos bairros ricos (permanecendo assim até o mês de abril) e posteriormente se espalhando pelos bairros mais pobres. Segundo a reportagem, o primeiro caso oficial na capital do Amazonas surgiu em 13 de março. Uma mulher de 39 anos que voltou infectada de Londres e procurou um hospital particular ao sentir os sintomas. Não chegou a ser internada.”

Segundo a BBC, 85% da população do estado depende da rede pública de saúde (SUS). No início da pandemia no estado de Manaus (datado do início de abril), cerca de 57% dos casos de internações associados a doenças respiratórias estava concentrado nos hospitais particulares, já no início de junho (fase aguda da crise sanitária), a maioria das internações (cerca de 80%) estavam concentradas nos hospitais públicos de Manaus.

Ainda segundo dados da reportagem, a empresa “InLoco”, realizou um mapeamento a partir de dados coletados via telefones celulares, a fim de averiguar o distanciamento social no auge da pandemia, segundo consta, o distanciamento da população do Amazonas nunca chegou a 60% (já na fase aguda). Importante contextualizar, que o cotidiano da vida dos manauaras é atravessado por muitas questões estruturais, questões essas que podem ser observadas em todas as regiões do Brasil, a maioria reside em favelas e periferias, vivem em casas com mais de três pessoas, utiliza o transporte público diariamente, possui como fonte de renda os trabalhos informais e cerca de 10% dos domicílios não possui água encanada, segundo dados informados pela BBC.

---

<sup>39</sup> Saiba mais acessando: <[Coronavírus: como desigualdade entre ricos e pobres ajuda a explicar alta de casos de covid-19 em Manaus - BBC News Brasil](#)>



### 3.2 Qual o tamanho da fome?

Desde o início da crise sanitária em voga, a questão da fome foi exacerbada, mas já era expressiva antes disso. Segundo o site “Olhe para a fome”, a fome no Brasil tem tamanho continental, tal qual o próprio país, cerca de 116,7 milhões de pessoas estão em situação de insegurança alimentar e cerca de 19 milhões de brasileiros estão em situação de fome em meio a pandemia.

Segundo o site, dados coletados entre 5 e 24 de dezembro de 2020 pelo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia, em cerca de 2.180 domicílios em todas as regiões do país, em áreas urbanas e rurais.

Os resultados mostram que nos três meses anteriores à coleta de dados, apenas 44,8% dos lares tinham seus moradores e suas moradoras em situação de segurança alimentar. Isso significa que em 55,2% dos domicílios os habitantes conviviam com a insegurança alimentar, um aumento de 54% desde 2018 (36,7%).

Em números absolutos: no período abrangido pela pesquisa, 116,8 milhões de brasileiros não tinham acesso pleno e permanente a alimentos.

Desses, 43,4 milhões (20,5% da população) não contavam com alimentos em quantidade suficiente (insegurança alimentar moderada ou grave) e 19,1 milhões (9% da população) estavam passando fome (insegurança alimentar grave)”. (via site [olheparaafome.com](http://olheparaafome.com)).

Segundo o site “Olhe para a fome” que apresenta a pesquisa nacional realizada pela Rede de Segurança Alimentar e Nutricional, a fome cresceu em todo o país, ressaltando que as desigualdades regionais estão exacerbadas, sendo as regiões Norte e Nordeste as mais afetadas. No ano de 2020, a Insegurança Alimentar no Norte e Nordeste, correspondia a cerca de 60% e 70% respectivamente – a nível nacional esse número gira em torno de 55,2%. Em relação a exposição à fome grave, a nível nacional temos cerca de 9,0% da população brasileira enquanto 18,1% no Norte e 13,8% no Nordeste, que inclusive, apresenta o maior número de pessoas expostas à fome, cerca de 7,7 milhões de pessoas que vivem na região não sabem o que vão comer nas próximas horas.

Importante salientar que o Norte do país abriga 7,5% dos habitantes total do país e destes, cerca de 14,9% vivem com fome.

A condição de pobreza ao qual estão postas historicamente as populações rurais, os agricultores familiares, povos indígenas, população ribeirinha, os quilombolas, tem relação direta com a situação grave de fome que assola essas regiões. A fome é uma realidade em 12% dos lares.

Qual é a cara da fome? Alguns dados explicitam que algumas pessoas estão mais expostas à fome do que outras, há um perfil que se repete.

Segundo consta no site “Olhe para a fome”, no ano de 2020, cerca de 11,1% dos lares que tinham como referência uma mulher, estavam em situação de fome, contra 7,7% quando a referência era um homem. Residências que tinham como referência uma pessoa preta ou parda, a situação de fome pôde ser encontrada em cerca de 10,7%, comparando com lares de referência tendo uma pessoa branca, o percentual é de 7,5%.

Em relação à escolaridade, também há disparidades, cerca de 14,7% dos domicílios em situação de fome, tinham como referência sujeitos que não concluíram o ensino fundamental ou não tinham nenhum grau de escolaridade.

Outras questões se somatizam e intensificam a situação de fome ao qual as pessoas estão expostas, uma delas é a falta de acesso à água potável. Segundo dados da VigiSAN, no ano de 2020, a região Norte e Nordeste, apresentaram percentuais que correspondem a quase o triplo se comparado a outras regiões do Brasil. O Nordeste contabiliza cerca de 40,2% de domicílios com acesso irregular (ou mesmo nulo) a água potável. Já o Norte, contabiliza cerca de 38,4% dos domicílios.

Ainda segundo dados do site “Olhe para a fome”, os domicílios que se encontram em locais onde não há disponibilidade de água potável para a produção de alimentos, tendem a sofrer mais com a exposição à fome, falando em números, há o dobro de exposição, de 21,8% para 44,2%.

Os dados demonstram que a exposição à fome tendenciou a afetar famílias que não estavam em condição de pobreza, em dois anos houve um aumento de 20,7% para 34,7%.

Em entrevista, muitos indivíduos relataram que houve uma redução da renda familiar durante a crise sanitária em voga, obrigando as famílias a reduzirem gastos essenciais, esse grupo é constituído por cerca de 40%, tinham renda estável e conseqüente nível de segurança alimentar, que com a renda instável, passam a integrar o grupo em situação de insegurança alimentar leve.

A crise econômica acentuada de maneira significativa por conta da pandemia, tem impactado nos lares de inúmeras famílias brasileiras e exposto cada vez mais pessoas à situação de fome.

Para compreender a complexidade do fenômeno da fome no país, é preciso compreender que é um problema histórico, é preciso olhar para o passado e perceber como a formação econômica, política e social da sociedade brasileira vai desenhando e legitimando esse cenário tão triste.

Em alguns momentos históricos, há uma certa melhora nesses números, principalmente entre os anos de 2004 e 2013, a partir de algumas medidas como o Fome Zero e os programas de transferência de renda, como o bolsa família. O site “olhe para a fome”, resgata dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (a PNAD), a fim de explicitar como entre esses anos, houve uma redução significativa da exposição à fome, no ano de 2013, o número havia caído para 4,3%, o nível mais baixo já registrado. O que resultou na retirada do país do mapa da fome pela Organização das Nações Unidas, a ONU – para a alimentação e a agricultura.

Infelizmente, os dados atuais são bem piores e demonstram que hoje, se comparado ao ano de 2009 por exemplo, há o dobro de pessoas expostas à fome e em condição de vida marcada pela vulnerabilidade em diversos aspectos. Ainda segundo dados coletados do site, a fome está mais acentuada, a insegurança alimentar tem um crescimento que corresponde a 8% ao ano, especificamente entre os anos de 2013 e 2018 (segundo a PNAD e POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares). Tendo um agravante entre os anos de 2018 e 2020, aumentando em cerca de 27,6%, saltando drasticamente de 10,3 milhões para 19,1 milhões de pessoas sem saber se vão conseguir comer nas próximas horas.

Uma reportagem do Fantástico<sup>40</sup> exibida em 25/07/2021, expõe esse problema de maneira extremamente cruel, são vídeos e fotos que circulam na internet mostrando famílias se aglomerando em portas de açougue, mercados e mesmo revirando caçambas de caminhões de lixo à procura de comida, ou melhor, restos de.

A reportagem em questão acompanha algumas situações ilustradas no estado de Cuiabá, onde tem sido distribuído com frequência pedaços de ossos e sobras de carne. A dona do estabelecimento (um açougue), revelou que há anos costuma distribuir as desossas uma vez por semana, segundo ela, desde o início da pandemia a fila cresceu tanto que passou a ser distribuída três vezes. Samara Rodrigues relata que tem pessoas que pegam e comem cru, no próprio local de distribuição.

Segundo dados da reportagem, o arroz aumentou em 56% e o feijão 71%, alimentos que historicamente são “a cara do Brasil”, fazendo com que as pessoas busquem alternativas como o arroz fragmentado, macarrão retalhado e feijão bandinha. Esses grãos são considerados como secundários e constituídos de muitas impurezas.

---

<sup>40</sup> Acesse em: [Fila para conseguir doação de ossos é flagrante da luta de famílias brasileiras contra a fome | Fantástico | G1 \(globo.com\)](#)

Uma outra reportagem realizada pela UOL no segmento da Economia<sup>41</sup>, expõe ainda mais a situação de Cuiabá, que é muito similar a diversas regiões do Brasil.

A reportagem acompanha Mara Siqueira, mulher de 35 anos, residente de Cuiabá, no bairro Planalto, Mara acorda todos os dias por volta das 5h30min para ir em busca de doação de alimentos pelos arredores de onde mora, a fim de garantir o sustento de seus sete filhos. Durante três dias da semana, Mara tem um endereço certo a ir, o açougue ‘Atacadão da Carne’, localizado no bairro CPA 2, periferia de Cuiabá - cerca de três quilômetros de distância do local onde Marta mora com seus filhos.

Para realizar a reportagem, a equipe esteve no local e relatou que muitas pessoas chegam com cerca de duas horas de antecedência, já que a fila tem ficado cada vez maior, segundo consta, a distribuição tem início às 11h00min, toda segunda, quarta e sexta-feira. Mara está na fila com outras duas vizinhas, que expõem que a outra opção seria não comer nada. Em relato, Mara diz a equipe de reportagem do UOL: “Acordo às 5h30min e começo a andar. Conseguimos os ossinhos aqui e algumas verduras que iriam para o lixo em outros mercados. Muitas vezes, ainda somos xingadas [por donos de lugares onde pedimos doações]. Mas fazer o quê? Preciso levar comida para casa.” Mara Siqueira, atualmente desempregada.

A reportagem também entrevista Elen Cristina de Souza, de 17 anos, mãe de um neném de colo, vizinha de Mara. Elen afirma à equipe que os ossos são a maior parte das refeições de sua residência. “Misturamos com tudo, mandioca, abóbora, [comemos] puro. Só não comemos cru mesmo.” Elen Cristina de Souza, atualmente desempregada. A equipe de reportagem segue entrevistando mais algumas das cinquenta pessoas que esperam sob o sol quente as doações do dia. Renildes Pereira da Silva de 53 anos e Ana Maria de Jesus Araújo de 39, também falam um pouco na reportagem. Segundo Renildes, a carne que fica grudada nos ossos é a única que ela consegue ter acesso há muitos anos, relata que está muito difícil sobreviver com dois filhos e uma neta, compartilha que os filhos não tem emprego fixo e no momento realizam bico de ajudante de pedreiro. A incerteza da renda gera a certeza da fome. Relata ainda que muitas vezes não tem dinheiro para o gás e a família acaba cozinhando à lenha. Já Ana Maria, atualmente desempregada, diz sobreviver graças ao auxílio emergencial no valor de R\$ 375,00.

A reportagem consultou o professor de Economia da Universidade do Estado Mato Grosso, segundo Maurício Munhoz, a fila em busca de doação de ossos expõe as fissuras históricas e contradição econômica, política e social da região, já que o estado de Cuiabá é uma

---

<sup>41</sup> [Moradores pegam ossos de boi descartados em açougues para alimentar filhos - 16/07/2021 - UOL Economia](#)

referência na criação de gado e do agronegócio. Segundo ele, “Mato Grosso tem o maior rebanho bovino do país, com cerca de 32 milhões”. Nesse contexto, não há como negar a importância de políticas de geração de emprego e distribuição de renda para combater os efeitos nocivos da fome nos sujeitos. Segundo dados do site “olhe para a fome”, em domicílios onde a renda familiar mensal é acima de um salário mínimo per capita, a insegurança alimentar moderada e grave é nula. A fonte de renda também é um fator decisivo que propicia a exposição à situação de fome, sendo quatro vezes superior nos domicílios onde a referência da casa possuía trabalho informal e seis vezes superior quando a referência estava desempregada.

Por outro lado, há os grupos com renda superior que em situação de ameaça de escassez correm para estocar alimentos. O desespero gerado do que seria o vírus e de suas consequências, foi uma dessas situações. Importante destacar que a questão da alimentação no Brasil é problemática antes da pandemia, é uma questão histórica que a crise sanitária agudiza (MOREIRA; TEIXEIRA; DAL MORO, 2020). Segundo as autoras (2020, p. 84), para compreender melhor essa questão, é preciso voltar os olhares para os processos anteriores a compra desses alimentos nos hipermercados, na feira, na quitanda, no mercadinho do seu José, é preciso compreender o acesso à terra e como se dá a produção de alimentos no Brasil.

Segundo as autoras, quando falamos do Brasil, a requisição específica é ofertar matéria prima, que também são chamadas de “commodities”, essa condição econômica que tem origem desde a invasão dos portugueses ao território tupiniquim.

[...]grandes propriedades de terra e monocultura. Antes trabalho escravizado (por séculos), agora trabalho análogo à escravidão; ou meeiros, arrendatários, bóias-frias, jornadas degradantes para trabalhadores assalariados, péssimas condições de vida e de produção para a agricultura familiar e camponesa. O modo de produção se modificou completamente, a produção de alimentos está completamente integrada ao Sistema Agroalimentar; mas as condições de vida para trabalhadores rurais e camponeses, seguem muito aquém das existentes na cidade (MOREIRA; TEIXEIRA; DAL MORO, 2020, p.84).

As autoras explicam que o Brasil, diferente de outros países, não realizou a chamada “revolução burguesa” pela via clássica, possibilitando para os que fizeram a reforma agrária. O Brasil opta pela via passiva, processo que nega o acesso à terra a todos que não fossem da aristocracia rural, esse fato é responsável por mais tarde transformar o país em especialista no fornecimento de produtos agrícolas para o mercado externo, “fundando o tripé: grande propriedade, monocultura e trabalho escravo” (apud PRADO Jr., 2011). Essa característica acompanhará o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, em nosso país. (MOREIRA; TEIXEIRA; DAL MORO, 2020).

Um ponto chave para compreender a dinâmica da produção de alimentos na atualidade, está diretamente associado ao período colonial, que permite que hoje, grandes concentrações de terras estejam sob posse de poucas famílias e empresas, segundo o Atlas Fundiário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), 3% do total das propriedades rurais do Brasil são latifúndios, com mais de mil hectares e cerca de 56,7% das terras agricultáveis. Segundo o site “Repórter Brasil”<sup>42</sup>, que realizou uma matéria especial a respeito dos latifúndios, os estados de São Paulo e Paraná juntos, representam uma área de hectares que está concentrada nas mãos de 300 proprietários rurais, em detrimento de cerca de 4,8 milhões de famílias que não possuem espaço para cultivar alimentos.

A matéria expõe o caso do grupo CR Almeida, do empresário Cecílio do Rego Almeida, que possui a propriedade de uma área que chega a 4,5 milhões de hectares, localizada na Terra do Meio (Pará). Segundo dados recolhidos pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, esse é o maior latifúndio do mundo (!!!)

Importante contextualizar que os latifúndios tem sua origem diretamente associada a invasão dos portugueses em território brasileiro, segundo o pesquisador Marcelo Grynspan, pesquisador do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV – RJ, por volta de 1536 o território brasileiro foi dividido em 15 faixas de terra que percorriam o litoral até a linha imaginária que era determinada pelo Tratado de Tordesilhas. Essas faixas são as conhecidas capitânicas hereditárias, que foram doadas a militares e nobres, que por sua vez, poderiam doar alguns lotes (a partir da lei das sesmarias), desde que fossem economicamente explorados.

No ano de 1822 essa lei foi revogada, dando lugar trinta anos depois, a Lei de Terras, que determinava que todo aquele que pagasse pela terra, poderia ter direito a ela. Levando em consideração o contexto econômico, político e social, essa era uma realidade limitada a poucos, muitos foram excluídos exatamente por não ter recursos para aquisição.

Baseado no sistema de exploração, plantation, que possui quatro características principais, grandes latifúndios, monocultura, trabalho escravizado e exportação da produção para a metrópole, gerando muitos lucros. Segundo Marcelo Grynspan, “o latifúndio, mais do que uma extensão de terra, era um sistema de dominação que estava na base do poder dos proprietários, como um mecanismo de controle social, principalmente sobre aqueles que se encontravam no interior dos grandes domínios”.

---

<sup>42</sup> Saiba mais acessando: [Especial Latifúndio - Concentração de terra na mão de poucos custa caro ao Brasil \(reporterbrasil.org.br\)](http://reporterbrasil.org.br)

O pesquisador pontua, que a história é sempre contada a partir dos ciclos que constituem o sistema “plantation”, como sendo o ciclo da cana de açúcar, do algodão, do café, do ouro, quando na realidade, a estrutura fundiária do país sempre se manteve intocada, vivenciamos a proclamação da República, a era Vargas, o golpe de 64 e etc, mas no tocante das terras, nada foi alterado.

A luta por terras é presente em toda a história do Brasil desde a invasão colonial, mas ganha força na década de 40 a partir do debate a respeito dos latifúndios e as problemáticas associadas a eles, mirando para a reforma agrária como possibilidade de superar os conflitos.

Segundo a reportagem, nos anos 60, as ligas camponesas do Nordeste e a organização dos trabalhadores rurais se unem a fim de lutar pela redistribuição das terras, o que na época pressionou o até então presidente João Goulart, a fim de realizar a reforma agrária. Com o posterior golpe militar em 1964, reverberando na ditadura no contexto do capitalismo monopolista que estava, segundo Marcelo Grynspan subordinado a agricultura, não haviam possibilidades para a reforma agrária.

Um outro elemento apontado pelo pesquisador, indica que o Estado investiu recursos valiosos sob o pretexto de “povoar regiões sem habitantes”, criando infra estruturas colossais, como estradas e hidrelétricas. Para que isso se concretizasse, muitas comunidades tradicionais, como os povos indígenas foram dizimados, além dos chamados posseiros, que habitavam essas regiões, um dos exemplos mais emblemáticos é o desmatamento da Amazônia, donde muitas empresas, como a Volkswagen e o Bradesco passaram a ser proprietárias de alguns hectares dessas terras.

A matéria traz que, o agronegócio, nada mais é que um eufemismo para se referir aos conhecidos historicamente latifúndios, herança aterrorizante na vida de tantos brasileiros do período colonial. Bernardo Mançano, professor de Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), em entrevista concedida à reportagem, diz que “a imagem do agronegócio foi construída para renovar a da agricultura capitalista, para “modernizá-la”. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Com o novo conceito, os proprietários de grandes extensões rurais tentam vincular sua imagem à de modernas empresas agrícolas, cujos lucros impulsionam o bom desempenho da balança comercial brasileira.

Já o pesquisador Grynspan analisa que: “a história do Brasil é baseada na concentração da propriedade, várias delas originadas da ocupação de terras públicas inclusive. No início identificou-se no latifúndio a origem de boa parte das nossas mazelas sociais. Já, hoje, a visão

de que a grande propriedade é a base do agronegócio, que é o sustentáculo da nossa economia”. Segundo a reportagem, o Brasil tem cerca de 338 milhões de hectares de terras agriculturáveis, que vão desde pequenas, médias e grandes propriedades. O ramo empresarial controla cerca de 70% destas, produzindo 50% da safra anual. A propriedade familiar possui 10% dos créditos dados pelo governo e produz 50% da safra anual. A divisão dos recursos destinadas a produção agropecuária, sempre favoreceu os grandes empresários.

A reportagem traz dados que consolidam essa informação, a partir do levantamento do Plano de Safra dos anos de 2006 e 2007, o governo federal afirmou que: “o campo tem o desafio de voltar a ser a locomotiva da economia e grande gerador de empregos, manter os expressivos saldos na balança comercial e continuar promovendo a interiorização dos desenvolvimentos e a inclusão social”. Nesse sentido, foram destinados 50 bilhões de reais aos grandes proprietários rurais e 20% (cerca de 10 bilhões) para a agricultura familiar.

Esses dados escancaram a discrepância existente entre os produtores, onde quem mais produz, recebe menos, pois é a agricultura familiar a maior produtora do campo, segundo dados do Censo Agropecuário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O professor Ariovaldo de Oliveira, do departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP), pontua que: “as lavouras temporárias e permanentes ocupam 50,1 milhões de hectares e 53% delas estão em pequenas propriedades, 34,5% nas médias e 12,5% em grandes extensões de terras. Em relação à pecuária, a proporção se mantém: as pastagens ocupam 1777,7 milhões de hectares e 34,9% ficam em pequenas unidades, 40,5% nas médias, enquanto 24,6% estão nas grandes propriedades.

Mais dados disponíveis na reportagem legitimam essas informações, segundo levantamento realizado pelo INCRA e FAO (órgão das Nações Unidas responsável pela agricultura e alimentação), as pequenas propriedades representam cerca de 85,5% dos estabelecimentos do campo, ocupando 30,5% das terras agricultáveis. Além disso, os dez principais produtos advindos da agricultura familiar são a base alimentar do povo brasileiro, sendo eles: leite, milho, café, feijão, soja e mandioca.

O professor Oliveira ressalta um outro ponto importante relacionado à agricultura familiar, são eles os que mais empregam brasileiros, segundo o professor, dos 17,9 milhões de brasileiros empregados no campo, 87,3% trabalham em pequenas propriedades, 10,2% em médias e 2,5% em grandes áreas. Ainda segundo ele: “do ponto de vista produtividade, a pequena alcança os mesmos patamares que a grande propriedade. A produtividade da lavoura de soja do Paraná, cultivada em pequenas e médias unidades, é igual à do Mato Grosso, onde ela é produzida em médias e grandes. A diferença consiste no fato de que no Paraná, se usa



mão de obra e no Mato Grosso, máquinas. A questão é que a exploração na grande propriedade é poupadora da mão de obra.” Ele continua dizendo que: “há um certo endeusamento do agronegócio e a razão é ideológica, para fazer frente aos movimentos sociais.”

Já o professor Bernardo Mançano crítica que: “a concentração de terras no Brasil, hoje, é sustentada pelos que defendem os interesses e privilégios dessa parcela da população que controla as terras, as políticas públicas e o governo”. Nesse aspecto, se faz importante reconhecer que a bancada ruralista presente no Congresso Nacional é um importante braço do agronegócio. Segundo dados do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), o número de parlamentares nessa bancada cresceu exponencialmente desde 1985, tendo seu auge em 1994 com 117 integrantes. Segundo dados disponibilizados pela reportagem: “Na atual Legislatura (2003/2006), o número caiu para 73 – mas isso não quer dizer perda de força porque a bancada tem capacidade de mobilizar outros setores do Congresso em prol de seus interesses.”

Uma outra questão muito pertinente levantada na matéria da “Repórter Brasil” é a improdutividade das terras e seus desdobramentos políticos, econômicos e sociais. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (entidade relacionada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB), cerca de 62,4% da área total dos imóveis rurais no Brasil é improdutiva, e isso ocorre porque as terras têm sua importância associada ao seu valor no mercado. Segundo a reportagem: “ganha-se produzindo em uma propriedade rural, mas também ganha-se deixando-a parada, esperando a especulação imobiliária cumprir seu papel aumentando o valor do hectare”. Inclusive, uma das principais reivindicações dos movimentos sociais é a desapropriação das terras que não cumprem os requisitos garantidos pela Constituição de 1988, que ratifica que “todas as propriedades rurais devem cumprir sua função social e para isso devem produzir, respeitar o meio ambiente e os direitos trabalhistas.”

Esse movimento de possuir terras, gera outros processos bem problemáticos, como a prática da grilagem, onde se falsificam documentos para expulsar populações de suas terras. Segundo o site “Repórter Brasil”: “há terras que foram cercadas sem que os proprietários tivessem documentos para provar que poderiam cercá-las. São quase 170 milhões de hectares de terras devolutas (públicas) cercadas(...) hoje, no Brasil, nenhum órgão público é capaz de dizer quem é proprietário do quê. Mesmo o Incra tem grandes dificuldades para analisar as cadeias dominiais das fazendas”.

Ainda sobre os latifúndios, também conhecidos como Agronegócio, Moreira; Teixeira e Dal Moro (2020) nos trazem que:

O golpe de 2016 e a eleição de Bolsonaro dão novo impulso a esse modelo e apontam para a ampliação da concentração da terra, o aprofundamento expropriação dos/das camponeses/ as e para o agravamento das crises alimentar e climática. A oposição a esse modelo é realizada a partir do protagonismo dos movimentos sociais que se organizam em torno da luta pela terra e na defesa dos/das camponeses/as. Embora essa luta esteve presente em todos os momentos da história de nosso país, pode-se afirmar que ela se expressa de forma mais contundente a partir de finais dos anos 1950, e se fortalece significativamente nos anos mais recentes, momento em que se gesta uma nova concepção de agricultura que preserve a biodiversidade e garanta a produção de alimentos saudáveis e de qualidade. A disputa entre esses dois projetos aponta algumas questões do que pode vir a ocorrer com o abastecimento alimentar no Brasil no contexto de pandemia do coronavírus. (MOREIRA; TEIXEIRA; DAL MORO, 2020, p.85)

A contradição observada no estado de Cuiabá e bem pontuada pelo professor, não é exclusiva dessa região, o Brasil é um dos maiores produtores agrícolas mundiais, ao mesmo tempo em que tem tantos brasileiros com fome sem ter como se alimentar. (MOREIRA; TEIXEIRA; DAL MORO, 2020). As autoras resgatam dados da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), que explicita os números expressivos da produção de grãos no país, no ano de 2019, a produção ficou na casa dos 245,8 milhões de toneladas, comparado com o ano de 2018, houve um aumento de 3,9 milhões de toneladas. Além disso, dados resgatados do ano de 2017 do IBGE, revelam que a maior parte dessa produção provém da soja, correspondendo a R\$ 104 bilhões de um total de R\$ 308 bilhões. Seguidos da soja, temos o milho, a cana de açúcar e o eucalipto. As autoras ressaltam que todos esses alimentos são produzidos visando principalmente a exportação. Nesse aspecto, pontuam que:

Vale a advertência feita por Teixeira (2013), ao se referir ao agronegócio. Para ele, as virtudes econômicas deste modelo se voltam unicamente para o lucro dos capitais correspondentes, ignorando interesses nacionais estratégicos, o que nos leva a afirmar que o que está em jogo não é a produção dos alimentos, mas os interesses dos grandes grupos econômicos, tanto nacionais, como internacionais, vinculados à produção de insumos e máquinas agrícolas, no processamento dos alimentos e ao mercado financeiro de commodities. (MOREIRA; TEIXEIRA; DAL MORO, 2020, p.86).

O agronegócio, que compreende as operações de produção e distribuição agrícola, trata os alimentos enquanto mercadorias, nesse sentido, para além de não possuir interesse em acabar com a fome no país, possui imbricado ao seu modo de operação diversas questões problemáticas que trazem mais prejuízos sociais a determinadas populações, sendo algumas dessas: a concentração de terras, uso de sementes transgênicas, agrotóxicos, adubos químicos, uso de hormônios e antibióticos (MOREIRA; TEIXEIRA; DAL MORO, 2020) que impactam no meio ambiente e também na vida social, na saúde dos indivíduos, além de destruírem “os conhecimentos tradicionais dos/das camponeses/as e dificultando a produção de alimentos, a

reprodução dos povos da terra e a construção da soberania nacional” (apud CARVALHO, 2013).

Afinal, há alternativa frente ao gigante do agronegócio? Segundo as autoras, sim, e se encontra na agroecologia, na soberania alimentar, em uma agenda que esteja pautada e comprometida com “a autonomia política, econômica e financeiras das pessoas – na livre associação de produtores livres” (MOREIRA; TEIXEIRA; DAL MORO, 2020). Esses processos nos remetem à agricultura camponesa, que realiza uma agricultura diversificada, que mesmo encontrando inúmeros entraves relacionados à capacidade produtiva, tem sido possível sustentar a população com diversidade. Não é um processo fácil, principalmente no contexto de uma sociedade que transforma tudo e qualquer coisa em mercadoria, inclusive a alimentação, mas as autoras ressaltam a importância de se pensar alternativas que combinem atitudes individuais e coletivas, no campo e na cidade, nas casas e fora delas:

[...] que envolvam os pequenos produtores, os trabalhadores e classes médias urbanas, mulheres e homens, mediados por movimentos coletivos que vão gestando outras relações sociais e econômicas e políticas pautadas no poder popular. Ou seja, outra agricultura orientada pela agroecologia, relações sociais orientadas à superação da desigualdade entre homens e mulheres e do racismo e organização comunais de produção [...] (MOREIRA; TEIXEIRA; DAL MORO, 2020, p.88).

Nesse sentido, se faz de suma importância ressaltar o trabalho que vem sendo realizado desde a década de 1980 pelos movimentos sociais do campo, que trazem a importância da reforma agrária, que vem produzindo ao longo dos anos muitos materiais que contribuem para o debate, para a produção de conhecimento a respeito do tema e também na produção e distribuição de alimentos de fato saudáveis, livres de venenos. As autoras citam alguns exemplos do Estado do Rio de Janeiro, segundo elas:

O Movimento dos Pequenos Agricultores tem o projeto da Cesta Camponesa que distribui alimentos diretamente da/o produtor/a calcado nesses objetivos desde 2015. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), maior produtor de arroz orgânico da América Latina, tem Armazéns em algumas capitais do Brasil para distribuir a produção agroecológica, tais como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife. Ambos os movimentos têm incorporado a discussão de gênero. O MST tem um coletivo LGBT e sua coordenação é paritária entre homens e mulheres. São diversas essas experiências pelo país. Em meio à pandemia, as/os camponeses têm prestado solidariedade e distribuído toneladas de alimentos” (MOREIRA; TEIXEIRA; DAL MORO, 2020, p.88).

É importante que o Serviço Social acompanhe estas iniciativas populares que propõem outro modelo de produção de alimentos e em seus espaços de ocupação pensem, planejem e proponham ações que fortaleçam as populações do campo, das águas e da floresta que vem resistindo em sua cultura e persistindo na produção de alimentos mais saudáveis a nossos

organismos e mais sintonizados com os ciclos da natureza, de modo que apontam para uma civilização viável ambientalmente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de conclusão de curso busca ser um estudo introdutório, pelo qual pretendo dar continuidade no mestrado, doutorado, pós-doutorado, esmiuçando ainda mais a temática da fome, alimentação, políticas públicas sociais, Saúde, Redução de Danos, agroecologia e atuação do Serviço Social.

Considero meus estudos de extrema relevância para contribuir com a categoria profissional, em minhas pesquisas, não encontrei muitos materiais falando a respeito da alimentação, da fome, quiçá de sua relação com o trabalho do Serviço Social. A experiência no estágio foi fundamental para a construção do presente trabalho, no dia a dia, a partir da convivência pude presenciar inúmeras situações em que a fome falava muito, falava alto.

Dessa maneira, o presente trabalho propõe trazer reflexões acerca da fome e alimentação, buscando criar subsídios para se pensar a importância de o tema aqui supracitado aparecer no saber-fazer profissional dos Assistentes Sociais, incluindo a alimentação de maneira crítica no cotidiano profissional da categoria.

Como pudemos observar a partir da leitura deste trabalho, o não acesso a uma alimentação digna e nutritiva diariamente, reverbera de inúmeras maneiras na vida dos sujeitos, afetando seu corpo, sua psique e também o seu espírito. Uma alimentação comprometida, ou a ausência dela, produz inúmeras doenças nos sujeitos, além disso, coloca esses indivíduos em um ciclo agonizante de viver em função da fome, de senti-la doer no estômago, de tentar saná-la, tentar enganá-la, toda a vida cotidiana é voltada para esse fim, em buscar estratégias diariamente para sentir menos fome, seja pedindo nas ruas, seja indo nos serviços públicos onde há possibilidade de se alimentar, seja catando restos pelas ruas e pelas lixeiras. Uma pessoa em situação de fome, tem todos os seus pensamentos e ações voltadas para essa questão, está imobilizada nessa situação, não consegue ter outros desejos, outras aspirações, porque o seu estômago está doendo de fome, dor essa que vai extrapolar esse órgão e passará a ser sentida por cada veia e entranha, até chegar na alma.

Alimentação é produção de saúde, é produção de vida, um sujeito que não se alimenta bem, não vive bem, e se não vive bem, não consegue acessar outros direitos que lhes são garantidos. Pensar no lugar da fome e da alimentação é pensar na promoção da saúde e bem estar dos usuários dos serviços de maneira integral, é preciso olhar para a alimentação como

parte constituinte e fundamental do processo de cuidado em saúde e produção de vida das populações historicamente postas em vulnerabilidade.

Nesse sentido, o presente trabalho busca chamar atenção para essa questão, compreendendo que a alimentação não é um meio, mas uma condição para a saúde dos sujeitos, a fim que os profissionais possam refletir e produzir instrumentos que criem subsídios para investigar a situação de fome a que os usuários que estão sendo atendidos estão expostos, por exemplo através das entrevistas sociais. Não apenas na política de saúde, mas em todos os espaços ocupacionais, pois esse pode ser muitas vezes um ponto chave do atendimento, na medida em que na ausência de alimento, o usuário não terá energia para realizar quaisquer outras atividades, buscar quaisquer outro(s) direito(s).

Aqui se busca trazer a fome para a centralidade do cotidiano profissional, compreendendo o contexto econômico, político e social de um país capitalista periférico e com passado colonial tão recente, como o Brasil, principalmente no contexto da emergência sanitária em voga, que vem exacerbando tal questão. Esse trabalho compreende que é preciso unir esforços para combater a fome envolvendo mecanismos políticos, econômicos e sociais que possibilitem aos diferentes povos sua autonomia alimentar. Antes de qualquer coisa, é preciso saber, o cidadão tem fome?!

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ANTERO, FRANCISCO; DE SOUZA, LUH. Existe racismo no Brasil? Faça o Teste do Pescoço e descubra. **PORTAL GELEDÉS**, [S. l.], p. 01, 8 jul. 2013. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/existe-racismo-brasil-faca-o-teste-pescoco-e-descubra/>. Acesso em: 25 ago. 2021.

AFRIKA, Llaila. *Nutritional Destruction of Black People: Nutricide*. Pennsylvania: EWorld; 2013.

ARAÚJO, Arilene et al. **A relevância da Seguridade Social em tempos de pandemia: uma análise das implicações sociais para as famílias e para o Serviço Social**. Paraíba, Anais Conbracis, Editora Realize, 2020.

ANTUNES, Ricardo. As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais. IN SILVA M O da S e, YASBECK, C. **Políticas Públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luis, MA: FAPEMA, 2006.

Brasil. Ministério da Saúde. **Saúde nos estados**. Brasília: MS, jun. 2014a.

Brasil, Ministério da Saúde. (2006). **Política Nacional de Atenção Básica**. Portaria n. 648/2006.

BRESSAN, Renata. Alimentos processados e ultra processados. **Portal Associação Brasileira para o Estudo de Obesidade e Síndrome Metabólica**, [S. l.], p. 67, 5 nov. 2018. Disponível em: <https://abeso.org.br/alimentos-processados-e-ultraprocessados/>. Acesso em: 20 out. 2021.

CASTRO, J. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: Editora O Cruzeiro, 1946.

\_\_\_\_\_. **Sete palmos de terra e um caixão**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1965.

\_\_\_\_\_. **Ensaio de Biologia Social**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense: 1959.

CARNAÚBA, Valquíria. Deserto alimentar faz soar alarme no Brasil. **UNIFESP**, [S. l.], p. 7, 20 ago. 2020. Disponível em: [https://www.unifesp.br/edicao-atual-entreteses/item/3521-deserto-alimentar-faz-soar-alar-me-no-brasil#:~:text=No%20Brasil%2C%20o%20urgimento%20dos,um%20suposto%20cen%C3%A1rio%20de%20esc](https://www.unifesp.br/edicao-atual-entreteses/item/3521-deserto-alimentar-faz-soar-alar-me-no-brasil#:~:text=No%20Brasil%2C%20o%20urgimento%20dos,um%20suposto%20cen%C3%A1rio%20de%20esc.). Acesso em: 25 nov. 2021.

CARRANÇA, Thais. 8 dados que mostram impacto do Bolsa Família, que chega ao fim após 18 anos. **BBC NEWS - BRASIL**, [S. l.], p. 65, 29 nov. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59099166#:~:text=Com%20um%20custo%20de%200,de%20inseguran%C3%A7a%20alime ntar%20entre%20os>. Acesso em: 20 nov. 2021.

COELHO, HENRIQUE *et al.* Operação no Jacarezinho deixa 28 mortos, provoca intenso tiroteio e tem fuga de bandidos. **G1 - GLOBO.COM**, [S. l.], p. 05, 6 maio 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/06/tiroteio-deixa-feridos-no-jacarezinho.ghtml>. Acesso em: 23 jun. 2021.

DOMANICO, Andrea. **“CRAQUEIROS E CRACADOS: BEM VINDO AO MUNDO DOS NÓIAS!”** - Estudo sobre a implementação de estratégias de redução de danos para usuários de crack nos cinco projetos-piloto do Brasil / Andrea Domanico. – Salvador: A. Domanico, 2006.

FANTÁSTICO. Fila para conseguir doação de ossos é flagrante da luta de famílias brasileiras contra a fome. **G1 - Globo.com**, [S. l.], p. 45, 25 jul. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/07/25/fila-para-conseguir-doacao-de-ossos-e-flagrante-da-luta-de-familias-brasileiras-contr-a-fome.ghtml>. Acesso em: 30 out. 2021.

FERNANDES, M. B.; P. C. GONÇALVES. **Josué de Castro vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2a edição, Revista Ampliada, 2007.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus Edusp, 1965. 2v. (Ciências Sociais Dominus, 3).

GORTÁZAR, Naiara. Zoológicos humanos, racismo disfarçado de ciência para as massas no século XIX. **EL PAÍS**, [S. l.], p. 67, 5 jul. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/cultura/2020-07-05/zoologicos-humanos-racismo-disfarcado-de-ciencia-para-as-massas-no-seculo-xix.html>. Acesso em: 6 jun. 2021.

PERSEU, Forum. Nosso racismo é um crime perfeito – Entrevista com Kabengele Munanga. **FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO - PARTIDO DOS TRABALHADORES**, [S. l.], p. 03, 8 set. 2010. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2010/09/08/nosso-racismo-e-um-crime-perfeito-entrevista-com-kabengele-munanga/>. Acesso em: 5 maio 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetice: Capital financeiro, trabalho e questão social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IDOETA, Paula. Como fome vivida no útero e na infância prejudica o corpo por décadas. **BBC - BRASIL**, São Paulo, p. 5, 13 nov. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-59158631>. Acesso em: 20 nov. 2021.

LINHARES, Maria Yedda. **História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)**. Brasília: Binagri, 1979.

MASLOW, Abraham H. **Motivation and personality**. Nova York: Harper e How, 1954.

MAGENTA, Matheus. Coronavírus: como desigualdade entre ricos e pobres ajuda a explicar alta de casos de covid-19 em Manaus. **BBC NEWS - BRASIL**, São Paulo, p. 23, 13 out. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54472139>. Acesso em: 15 out. 2021.

Mesquita, F. (1991). **AIDS e Drogas Injetáveis**. In Lancetti, A. (Org.) *Saúde Loucura 3*. São Paulo: Hucitec.

MOREIRA; TEIXEIRA; DAL MORO. **Em tempos de pandemia: propostas para a defesa da vida e de direitos sociais**. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 2020.



MBEMBE, Achille. **A crítica da Razão Negra**. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 3. ed, 2014.

NASCIMENTO, Ana. Fim do Bolsa Família e começo do Auxílio Brasil: veja como fica agora. **CNN - BRASIL BUSINESS**, São Paulo, p. 05, 31 out. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/fim-do-bolsa-familia-e-comeco-do-auxilio-brasil-como-fica-agora/>. Acesso em: 17 nov. 2021.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992.

OXFAM BRASIL. **Olhe para a fome**, c2021. Página inicial. Disponível em: <[OLHE PARA A FOME](#)>. Acesso em: 20/10/2021.

OLIVEIRA, Valéria. Missionário divulga foto de criança Yanomami debilitada em rede para expor falta de assistência a indígenas: ‘Aldeias abandonadas’. **GI - Globo.com**, Boa Vista, p. 90, 10 maio 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/05/10/missionario-divulga-foto-de-crianca-yanomami-debilitada-em-rede-para-expor-falta-de-assistencia-a-indigenas-aldeias-abandonadas.ghtml>. Acesso em: 10 jul. 2021.

PAULO NETTO, J. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social e a tradição marxista**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.30, p.89-102, 1989.

PEREIRA, Bruna. Moradores pegam ossos de boi descartados em açougues para alimentar filhos... **UOL - Cuiabá**, Cuiabá p. 99, 16 jul. 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/07/16/fila-acougue-cuiaba-doacoes-ossos.htm>. Acesso em: 28 nov. 2021.

PROJETO RUAS. C2021. Página inicial. Disponível em: <[Projeto Ruas](#)>. Acesso em 15/11/2021.

RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa. **A fome e a miséria na alimentação**: apontamentos para uma crítica da vida cotidiana a partir da Geografia Urbana. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. doi:10.11606/D.8.2008.tde-07102009-112818. Acesso em: 05/10/2021.

RAMOS, Marina. Câmara aprova texto-base da MP do Programa Auxílio Brasil e inicia discussão de destaques; acompanhe Fonte: Agência Câmara de Notícias. **Câmara dos deputados**, Brasília, p. 12, 25 nov. 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/831214-camara-aprova-texto-base-da-mp-do-programa-auxilio-brasil-e-inicia-discussao-de-destaques-acompanhe/>. Acesso em: 28 nov. 2021.

RAICHELIS, Raquel. **Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 116, 2013.

RUSSI, Anna. Sem PEC dos Precatórios, Auxílio Brasil é de R\$ 220, diz secretário de Guedes. **CNN - BRASIL**, Brasília, p. 43, 29 out. 2021. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/business/sem-pec-dos-precatorios-auxilio-brasil-e-de-r-220-diz-secretario-de-guedes/>. Acesso em: 15 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. não é razoável que reforma do IR seja condição para novo Bolsa Família. **CNN - BRASIL**, Brasília, p. 88, 5 out. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/pacheco-nao-e-razoavel-que-reforma-do-ir-seja-condicao-para-novo-bolsa-familia/>. Acesso em: 5 nov. 2021.

SANCHES, Mariana. Por que 26 milhões de americanos enfrentaram fome em 2020: 'Só é comparável à Grande Depressão'. BBC News Brasil, Washington, 20 de nov. De 2020. Disponível em: <[Por que 26 milhões de americanos enfrentaram fome em 2020: 'Só comparável à Grande Depressão' - BBC News Brasil](#)>. Acesso em 05 de julho de 2021.

SIERRA, Guilherme. Como a fome afeta o organismo?. **Se o organismo usar seus próprios recursos até o esgotamento e a situação de fome persistir, a máquina pára e a pessoa morre**. São Paulo, p. 76, 21 ago. 2017. Disponível em: <https://super.abril.com.br/saude/como-a-fome-afeta-o-organismo/>. Acesso em: 23 set. 2021.

SOARES, Sergei *et al.* Os Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a Pobreza e a Desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos. **Ipea na mídia**, Rio de Janeiro, p. 12, 6 ago. 2019. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=34948&Itemid=444](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34948&Itemid=444). Acesso em: 15 nov. 2021.

VASCONCELOS, Francisco. **Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula**. São Paulo, revista de Nutrição, 2005.

VASCONCELOS, Márcia. **A prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativa na área da saúde**. São Paulo, Cortez Editora, 2002.

VEZZALI, Fabiana. Especial Latifúndio: Concentração de terras na mão de poucos custa caro ao Brasil. Repórter Brasil, São Paulo, 11 de jul. De 2006. Disponível em: <[Especial Latifúndio - Concentração de terra na mão de poucos custa caro ao Brasil \(reporterbrasil.org.br\)](#)>. Acesso em 23 de agosto de 2021.

Wodak A. Tradução: Bastos FI. **Redução de Danos e Programas de Troca de Seringas**. In: Bastos FI, Mesquista F, Marques LF (organizadores). Troca de seringas: drogas e Aids. Ciência, debate e saúde pública. Brasília: Ministério da Saúde; 1998.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2009.

ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa: geopolítica da fome**. São Paulo: Cortez, 2013.